

Plano de Desenvolvimento Institucional

PDI

2014 - 2018

Sumário

APRESENTAÇÃO	6
1.PERFIL INSTITUCIONAL	7
1.1 Identificação.....	7
1.1.1 Da Mantenedora.....	7
1.1.2 Da Mantida.....	7
2.DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	8
2.1 Perfil e Missão.....	8
2.2 Histórico e Desenvolvimento da Instituição.....	9
2.3 Cursos de Graduação na Modalidade EaD Previstos.....	10
2.4 Objetivos e Metas da Instituição.....	11
2.5 Ações de Extensão Previstas.....	25
2.5.1 Ações de Responsabilidade Social: Inclusão Social.....	25
2.5.2 Sustentabilidade Socioambiental.....	25
2.5.3 Práticas de Empreendedorismo.....	27
2.6 Atividades de Iniciação Científica Prevista.....	27
2.7 Ações Institucionais Previstas.....	28
2.8 Ações Institucionais Voltadas para o Desenvolvimento Econômico e Social.....	28
2.9 Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade Étnico-Racial.....	28
2.10 Internacionalização.....	29
3.PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI	30
3.1. Inserção Regional.....	30
3.1.1 Princípios Filosóficos.....	40
3.1.2 Princípios Teórico-Metodológicos.....	40
3.2. Políticas Acadêmicas.....	41
3.2.1 Ações Acadêmico-Administrativas para os Cursos de Graduação.....	41
3.2.2 Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para a Iniciação Científica.....	62
3.2.3 Políticas Institucionais e Ações de Estímulo relacionadas à Difusão das Produções Acadêmicas.	63
3.2.4 Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para a Extensão.....	63
3.2.5 Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para a Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual.....	65

3.2.6 Estímulos Acadêmicos.....	66
3.2.7 Políticas de Gestão	68
4.A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	69
4.1. Comunicação Interna	70
4.1.1 Ouvidoria	70
4.2. Comunicação Externa.....	70
5. ATENDIMENTO AO DISCENTE	71
5.1. Apoio Psicopedagógico	71
5.2. Programa de Acolhimento ao Ingressante	72
5.3. Programa de Nivelamento	72
5.4. Programa de Monitoria.....	73
5.5. Programa de Acessibilidade	73
5.6. Programa de Mobilidade Acadêmica.....	75
5.7. Programa de Apoio à Realização de Eventos e à Produção Discente.....	75
5.8. Política e Ações de Acompanhamento dos Egressos.....	76
5.8.1 Atuação dos Egressos	77
6. POLÍTICAS DE GESTÃO.....	77
6.1. Política de Formação e Capacitação Docente.....	77
6.2. Política de Formação e Capacitação Técnico-Administrativo.....	78
6.3. Gestão Institucional	79
6.4. Organograma	80
6.5. Sistema de Registro Acadêmico	80
6.6. Sustentabilidade Financeira	82
6.7. Planejamento Econômico-Financeiro para o Desenvolvimento da Instituição de Ensino para o período do PDI (2014 a 2018)	83
6.8. Gestão Acadêmica/Administrativa EaD	85
6.8.1 Estrutura Acadêmica e Organizacional	87
6.8.2 Coordenação do Curso de EaD.....	87
6.9 Sistemas de Comunicação.....	89
6.10. Momentos Presenciais e a Distância	90

6.11 Material Didático - EaD	90
6.11.1 Materiais Pedagógicos EaD	91
6.12 Corpo de Tutores.....	91
6.12.1 Docentes Conteudistas.....	91
6.12.2 Atribuições do Tutor a Distância	91
6.12.3 Atribuições do Tutor Presencial	92
6.13 Corpo Técnico-Administrativo - EaD	93
6.14 Coordenação do Polo de Apoio Presencial	93
6.15 Infraestrutura da EaD.....	94
6.15.1 Polo de Apoio Presencial.....	94
6.16 Logística nas Rotinas de Segurança e Inviolabilidades das Avaliações em EaD	95
7.CORPO DOCENTE	96
7.1. Requisitos de Titulação	96
7.2. Experiência no Magistério Superior e Experiência Profissional Não Acadêmica	97
7.3. Os Critérios de Seleção e Contratação.....	97
7.4. Procedimentos para Substituição Eventual dos Professores do Quadro	98
7.5. Plano de Carreira Docente	98
7.5.1 Cronograma de Expansão do Corpo Docente, Considerando o Período Previsto no PDI (2014 – 2018).....	98
7.6. Critérios de Seleção e Contratação	99
7.7. Plano de Carreira do Pessoal Técnico-Administrativo	99
7.8. Condições de Trabalho.....	100
7.9. Cronograma de Expansão do Corpo Técnico/Administrativo, Considerando o Período de Vigência do PDI	100
8.CORPO DISCENTE	101
8.1. Formas de Acesso.....	101
8.2. Processo de Transferência	101
9.PARCERIAS.....	103
10.AUTOAVALIAÇÃO.....	104
11.INFRAESTRUTURA	105
11.1. Infraestrutura Geral	105

11.2. Plano de Expansão da Infraestrutura Física	108
11.3. Biblioteca.....	108
11.3.1 Acervo - Informatização	108
11.3.2 Formas de Atualização e Expansão do Acervo.....	109
11.3.3 Horários de Funcionamento.....	109
11.3.4 Serviços Oferecidos	110
REFERÊNCIAS.....	111

APRESENTAÇÃO

A Einstein Instituição de Ensino Ltda. e sua Mantida, Faculdade Sapiens, se comprometem em assumir o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI como principal instrumento no direcionamento de políticas institucionais e de estratégia acadêmico-administrativa. O mesmo será divulgado e executado no meio organizacional da instituição.

Previsto pelo Decreto nº. 5.773, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, o PDI tem como sua principal meta nortear todas as ações de tomada de decisão da mantenedora, bem como de sua mantida, de forma a assegurar que os objetivos traçados sejam satisfatoriamente atingidos e até superados.

A Einstein Instituição de Ensino Ltda. e sua Mantida, Faculdade Sapiens, encontram no PDI um instrumento propício para repensar, atualizar e complementar as propostas, metas e objetivos traçados.

Nesse contexto, o PDI tem fundamental importância no aprofundamento das diretrizes institucionais, acadêmicas e administrativas da mantenedora e da mantida. Este documento de planejamento é e será sempre um instrumento direcionador de metas, espelhado em uma realidade percebida no momento de sua elaboração, o que significa dizer que deverá ser submetido às análises constantes e adequações, face às mudanças conjunturais do ambiente educacional.

FACULDADE SAPIENS

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Período de Vigência: 2014 – 2018

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. Identificação

1.1.1. Da mantenedora

Denominação: Einstein Instituição de Ensino Ltda.

Endereço: Rua Paulo Freire, 4767 – Bairro Flodoaldo Pontes Pinto - Porto Velho/RO

CEP: 76820-514

CNPJ: 05.919.287/0001-71

1.1.2. Da Mantida

Denominação: Faculdade Sapiens

Endereço: Rua Paulo Freire, 4767 – Bairro Flodoaldo Pontes Pinto - Porto Velho/RO

CEP: 76820-514

Dirigentes

Nome: Augusto Medeiros Pellucio

Cargo: Diretor Geral

Nome: Chirlany da Silva Mendanha Carvalho

Cargo: Diretora Acadêmica

2. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2.1. Perfil e Missão

A Faculdade Sapiens possui como missão institucional tornar-se centro de referência para o Ensino e para a disseminação do conhecimento na área de Gestão e Negócios, no âmbito local e regional e de ser um núcleo científico e cultural capaz de atrair, fixar e formar profissionais altamente qualificados para refletir e redefinir permanentemente o processo de desenvolvimento do tema. Para tanto, utilizar-se-á como eixo sustentador de educação o desenvolvimento empreendedor, inovador e os conhecimentos técnicos e comportamentais necessários para a interação transformadora com o meio em suas múltiplas dimensões.

Declarações Institucionais

MISSÃO

Formar cidadãos éticos, críticos, empreendedores e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da sociedade, sendo um centro de excelência em educação, promovendo o crescimento contínuo do capital intelectual e tecnológico.

VISÃO

Ser referência em gestão educacional em âmbito nacional, buscando os melhores métodos educacionais mundiais adequados a realidade de cada região, por meio de pessoas comprometidas com a educação.

VALORES

A IES declara e assume os seguintes princípios e valores:

- I. Respeito pela vida e o meio ambiente;
- II. Paixão pela educação;

- III. Cultivo do saber;
- IV. Valorização do desenvolvimento de pessoas e empresas;
- V. Inovação contínua;
- VI. Integridade e transparência.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Cursos de Graduação Bacharelado e licenciatura.

2.2. Histórico e Desenvolvimento da Instituição

O Grupo Pellucio é um grupo familiar com 35 anos de atuação no Estado de Rondônia, especializado na área de Educação que sempre teve como valor trazer propostas modernas e inovadoras para o Estado com o objetivo de fomentar a educação em vários níveis.

Por meio desta Cultura de olhar Inovador é que foi concebida a Faculdade Sapiens. Com o objetivo de inovar mais uma vez no Estado de Rondônia, a proposta é a de criar um centro de referência em Gestão e Negócios, acreditando no potencial da demanda do mercado, na qual existem profissionais que se encontram no mercado de trabalho e que ainda não possuem qualificação que lhes permitam avançar em suas carreiras e impactar a economia local.

Levando em consideração este cenário a Faculdade Sapiens solicita a autorização de funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia em Jogos Digitais, em Gestão de Recursos Humanos, em Comércio Exterior e em Marketing, bem como pleiteia também autorização para implantação do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, Bacharelado em Direito e cursos na modalidade EaD, cursos estes que vem ao encontro das necessidades de profissionais qualificados para atender as demandas das organizações públicas e privadas de um Estado em crescimento. Além disso, a IES é instituição de ensino voltada especialmente para a área de negócios e o estudo das suas respectivas formas de gestão é única no Estado, e irá impulsionar uma vertente cada vez mais crescente no que tange aos aspectos de tecnologia.

A IES se engajará no processo de desenvolvimento que se verifica na região e, espera atender, com muito empenho e dedicação, as demandas criadas por uma sociedade que caminha a passos largos

para ampliar sua participação no cenário nacional, na medida em que o fortalecimento dos investimentos privados e a modernização do Estado criam novas necessidades e estímulos nas áreas da produção e do conhecimento.

Os investimentos nestes cursos se darão na crença dos novos caminhos que o Estado está vivendo, uma vez que começa um novo ciclo de crescimento amparado em sua localização geográfica (centro da América do Sul) e nos investimentos direcionados a vários empreendimentos como infraestrutura logística (ferrovia, hidrovias, portos, rodovia para o pacífico), frigoríficos, laticínios, indústrias de beneficiamento de madeira, indústrias de móveis e colchões, indústrias de confecções, indústrias de refrigerantes, polpas de frutas, beneficiamento de pescados, usinas termelétrica de geração de energia, dentre outros. Por isto, a necessidade de formar e qualificar profissionais que atendam a demanda do Estado. Mercado este que está em contínuo desenvolvimento e expansão, sendo a IES, a Instituição de Educação Superior (IES) que proverá os profissionais qualificados.

2.3. Cursos de Graduação:

Para o período do PDI (2014 – 2018) estão implantados e previstos os seguintes cursos de graduação:

Cursos de Graduação Implantados

- Curso Superior de Bacharelado em Ciências Contábeis.
- Curso Superior de Tecnologia em Jogos Digitais.
- Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos.
- Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior.
- Curso Superior de Tecnologia em Marketing.

Cursos de Graduação Previsto

- Curso Bacharelado em Direito.

Cursos de Graduação em EaD Previstos

- Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais.
- Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos.
- Curso de Licenciatura em Pedagogia.

- Curso de bacharelado em Ciências Contábeis.
- Curso de Bacharelado em Administração.

2.4. Objetivos e Metas da Instituição

OBJETIVOS GERAIS

- I. Torna-se uma das instituições de ensino superior, referência, na região para a formação de profissionais aptos para ingressar no mercado de trabalho;
- II. Oferecer cursos de graduação com qualidade em nível de bacharelado, Licenciatura e Tecnológicos visando à formação de profissionais para as diferentes áreas do conhecimento e para as demandas da sociedade;
- III. Promover o desenvolvimento e constante qualificação do corpo docente por meio de programas de treinamento e incentivo à titulação e desenvolvimento de um ambiente de trabalho com urbanidade, para garantir a qualidade dos cursos oferecidos para os nossos alunos;
- IV. Manter no modelo pedagógico, organização curricular e conteúdos curriculares sempre atualizados e em linha com as reais necessidades do mercado, por meio de revisões frequentes;
- V. Promover programas de extensão e de iniciação científica;
- VI. Promover a melhoria constante da infraestrutura física e acadêmica;
- VII. Promover palestras, seminários, fóruns de discussão entre o nosso corpo docente, corpo discente e empresários/executivos locais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- I. Padrões de excelência de ensino;
- II. Manter atualizados os projetos pedagógicos dos cursos e planos de ensinos;
- III. Implantar o Programa de Iniciação Científica – PIC;
- IV. Participar da inclusão social dos indivíduos na sociedade;
- V. Implantar políticas de recursos humanos para o corpo docente e corpo técnico administrativo;

- VI. Aprimorar o quadro técnico administrativo;
- VII. Garantir a qualidade do processo ensino-aprendizagem e dos serviços prestados;
- VIII. Contribuir no processo de formação acadêmica e profissional;
- IX. Ampliar da infraestrutura necessária para oferta de seus cursos e programas;
- X. Subsidiar a formulação de diretrizes para as políticas educacionais e de gestão;
- XI. Instituir a comunicação com a sociedade como ferramenta estratégica tendo como foco o relacionamento entre a IES, público-alvo e sociedade, de forma geral.

METAS PARA ATINGIR OS OBJETIVOS

POLÍTICAS PARA O ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

OBJETIVOS: DEFINIR OS PADRÕES DE EXCELÊNCIA DE ENSINO

METAS	AÇÕES	2014	2015	2016	2017	2018
Ampliar os padrões de excelência no exercício de sua autonomia didático- acadêmica e administrativa	Avaliação das atividades, por meio dos relatórios da CPA.			X	X	X
	Realização da autoavaliação de forma articulada procurando contemplar especificidades institucionais e redefinir novas metas e ações.			X	X	X
	Incentivo a iniciação científica			X	X	X
	Regulamentar os programas de nivelamento			X	X	X
	Incentivo as políticas de extensão			X	X	X
	Avaliação e acompanhamento das políticas de estágio			X	X	X
	Articular a CPA com todos os setores da instituição			X	X	X

	Socialização dos resultados da CPA com os setores da Instituição			X	X	X
--	--	--	--	---	---	---

OBJETIVOS: AMPLIAR AS AÇÕES DE EXTENSÃO

METAS	AÇÕES	2014	2015	2016	2017	2018
Definir o programa institucional das atividades de Extensão	Levantamento de demanda, atendendo necessidades regionais e locais.			X	X	X
	Organização de projetos, cursos, eventos, atividades relacionadas às áreas sociais, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.			X	X	X
	Dar continuidade aos cursos de extensão e aperfeiçoamento nas áreas de atuação da Instituição de Ensino.			X	X	X
	Divulgação das ações de extensão à comunidade			X	X	X

PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS E PLANOS DE ENSINOS

OBJETIVOS: MANTER ATUALIZADO OS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS E PLANOS DE ENSINO

METAS	AÇÕES	2014	2015	2016	2017	2018
Atualizar periodicamente os projetos pedagógicos dos cursos e Plano de Ensino	<p>- Diante da necessidade de atualização dos parâmetros básicos de organização pedagógica, o NDE – Núcleo Docente Estruturantes de cada curso de graduação da IES deverá verificar, anualmente, e sempre que se fizer necessário, à luz das diretrizes curriculares dos cursos (DCNs), a adequação dos currículos respectivos, tendo em visto os requisitos legais.</p> <p>- Reestruturação dos projetos pedagógicos de acordo com as orientações do Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante.</p> <p>-Reestruturação da organização curricular por meio de inovações.</p>	X	X	X	X	X

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

OBJETIVOS: IMPLANTAR O PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

METAS	AÇÕES	2014	2015	2016	2017	2018
Desenvolver, realizar e promover continuamente a iniciação científica.	Promoção de convênios com organizações locais ou nacionais capazes de permitir o desenvolvimento de projetos de iniciação científica.			X	X	X
	Criar Núcleos Acadêmicos de Ensino e Pesquisa.			X	X	X
	Alocação de horas para o corpo docente para as atividades de iniciação científica.			X	X	X
	Promoção de atividades de iniciação científica como instrumento de ação pedagógica institucional no processo de ensino-aprendizagem			X	X	X
	Divulgação dos trabalhos de iniciação científica.			X	X	X
	Conceder bolsas de iniciação científica.			X	X	X

OBJETIVOS: PARTICIPAR DA INCLUSÃO SOCIAL DOS INDIVÍDUOS NA SOCIEDADE

METAS	AÇÕES	2014	2015	2016	2017	2018
Atuar junto à comunidade em ações de inclusão social	Promoção de Fóruns, Seminários, Oficinas e Ações comunitárias, além de projetos de orientação profissional para alunos da rede pública e privada.			X	X	X
Manter uma entidade para atuar ativamente no processo de melhoria da realidade da sociedade	Por meio da Empresa Junior, estruturada por alunos e professores serão atendidas algumas das demandas do entorno social, por meio de ações pontuais e frequentes como: realização anual de um Fórum Socioambiental, de Feiras Beneficentes, de Exposições e Mostras culturais no espaço interno, e de ações assistenciais com grupos locais. Essas atividades têm por objetivo complementar e aprofundam temas tratados em várias disciplinas presentes em todos os cursos oferecidos na IES			X	X	X

A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

OBJETIVOS: IMPLANTAR E AMPLIAR O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

METAS	AÇÕES	2014	2015	2016	2017	2018
Implantar e ampliar o processo de comunicação externa e interna	Por meio da Comunicação dirigida com escolas de ensino médio, para divulgar seus cursos e diferenciais, por meio de palestras de interesse dos colégios que serão realizadas pelos professores da IES.			X	X	X
	Implantação do recebimento de alunos de Ensino Médio para conhecerem a IES, onde os alunos serão recebidos na IES para uma palestra sobre carreiras e, em seguida serão divididos em grupos, por área de interesse, para participarem de uma atividade prática ligada à carreira que gostariam de seguir. Essa atividade será realizada por professores ou por alunos estagiários.			X	X	X

Capacitação dos funcionários para otimizar o atendimento externo.			X	X	X
Manutenção do site da IES e dos serviços aos alunos e docentes.			X	X	X
Ampliação da divulgação na mídia eletrônica de Eventos.			X	X	X
Modernização do Sistema de Sinalização da Faculdade.		X	X	X	X
Manutenção dos murais de comunicação aos alunos.			X	X	X
Implantação da Ouvidoria.			X	X	X

POLÍTICAS PARA O CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: AUMENTAR A EFICIÊNCIA DO TRABALHO DOS PROFESSORES, POR MEIO DA COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM E FORMAS DE AVALIAÇÃO.

METAS	AÇÕES	2014	2015	2016	2017	2018
Aprimorar o perfil do corpo docente para atender os objetivos institucionais e resultados	Implantação e Manutenção do Programa de Incentivo a Formação Continuada.			X	X	X
	Manutenção de Bolsas de Pós-Graduação.			X	X	X

satisfatórios nas avaliações do MEC	Manutenção da progressão funcional no Plano de Carreira Docente.			X	X	X
	Manutenção dos Núcleos Docente Estruturante.	X	X	X	X	X
	Incentivo aos docentes na participação em eventos artísticos e culturais da Instituição.			X	X	X
	Implementação do corpo docente necessário, para a implantação dos novos cursos e programas.	X	X	X	X	X

TÉCNICO ADMINISTRATIVO**OBJETIVO: APRIMORAR O QUADRO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

METAS	AÇÕES	2014	2015	2016	2017	2018
Aprimorar o perfil do corpo técnico-administrativo para atender os objetivos institucionais	Manutenção do programa de Treinamento Interno para o aperfeiçoamento e atualização dos funcionários.			X	X	X
	Manutenção do Programa de bolsas Institucionais com bolsas em cursos de graduação e de especialização.					

Oferecer condições satisfatórias de trabalho	A CPA promoverá pesquisas acerca das condições de trabalho e nível de satisfação do corpo técnico-administrativo, para que a Diretoria possa promover a melhoria constante das expectativas e clima organizacional na Instituição.			X	X	X
--	--	--	--	---	---	---

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

OBJETIVO: GARANTIR A QUALIDADE DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

METAS	AÇÕES	2014	2015	2016	2017	2018
Aumentar o desempenho da gestão institucional	Promoção de melhorias da comunicação entre a instituição e o corpo docente e discente.			X	X	X
	Promoção de melhorias nos processos administrativos e acadêmicos com a finalidade de agilizar os procedimentos.			X	X	X
	Aprimoramento da gestão institucional por meio dos resultados obtidos na autoavaliação.			X	X	X
	Implementação dos resultados da autoavaliação pelos gestores institucionais			X	X	X

	Estimular os funcionários a capacitação na área da gestão. Promover a capacitação docente.			X	X	X
--	---	--	--	---	---	---

POLÍTICA DE ATENDIMENTO DISCENTE

OBJETIVO: CONTRIBUIR NO PROCESSO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL

METAS	AÇÕES	2014	2015	2016	2017	2018
Subsidiar o processo de formação acadêmica	Viabilização de programas de apoio discente.			X	X	X
	Manutenção e ampliação dos programas de monitorias e iniciação científica. .			X	X	X
	Manutenção e apoio a realização de eventos tais como, Semanas Acadêmicas, Palestras e Seminários.			X	X	X
	Ampliação da oferta de eventos para a promoção das Atividades Complementares.			X	X	X
	Manter programas de bolsas com o governo: FIES e PROUNI			X	X	X
	Manter o programa de bolsas institucional.			X	X	X
	Colocar à disposição dos alunos, psicopedagogos para atendê-los.			X	X	X

Promover e divulgar o Programa de Atendimento Psicopedagógico	Manter o Programa de Coaching, onde o aluno poderá ser orientado sobre o desenvolvimento de suas competências gerenciais e comportamentais.			X	X	X
Ampliar o Programa de Nivelamento	Manutenção dos mecanismos de nivelamento das áreas básicas para melhorar o rendimento dos estudantes.			X	X	X

INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

OBJETIVOS: AMPLIAR A INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA A OFERTA DE SEUS CURSOS E PROGRAMAS

METAS	AÇÕES	2014	2015	2016	2017	2018
Ampliar o espaço físico destinados aos cursos e programas em conformidade com a demanda	Desenvolvimento de processos de modernização de infraestrutura, visando à melhoria da qualidade do ensino.			X	X	X
	Modernização das condições de acesso a pessoas com necessidades especiais.			X	X	X
Ampliar a infraestrutura necessária para a oferta dos cursos	Implantação de Gabinetes de Trabalhos para os professores.			X	X	X
	Elaboração do plano anual de atualização e modernização dos laboratórios.			X	X	X

Implantar melhorias dos serviços prestados pela biblioteca	Contratação de pessoal técnico e administrativo de acordo com a demanda dos novos cursos.			X	X	X
	Promoção da capacitação dos bibliotecários e auxiliares.			X	X	X
	Manutenção e aprimoramento do processo de informatização do sistema da biblioteca.			X	X	X
	Ampliação do acervo mediante a implantação de novos Cursos			X	X	X
	Atualização do acervo existente, mediante demanda dos cursos e solicitação da diretoria acadêmica.			X	X	X
Melhorar os serviços prestados das atividades da área de informática Ampliação dos laboratórios	Aperfeiçoamento do sistema acadêmico.			X	X	X
	Aperfeiçoamento dos sistemas administrativos.			X	X	X
	Manutenção e atualização dos equipamentos de Informática.			X	X	X
	Promoção da capacitação dos funcionários da área de informática.			X	X	X
	Implantação de novos laboratórios conforme a demanda do plano de expansão dos cursos.			X	X	X

	Elaboração do plano anual de atualização e modernização dos laboratórios.			X	X	X
--	---	--	--	---	---	---

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

OBJETIVO: SUBSIDIAR A FORMULAÇÃO DE DIRETRIZES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DE GESTÃO

METAS	AÇÕES	2014	2015	2016	2017	2018
Contribuir para a melhoria da qualidade do processo de formação e produção de conhecimentos	Promoção da coleta, organização, processamento das informações e elaboração de relatórios.			X	X	X
	Promoção da análise e discussão sobre as necessidades institucionais.			X	X	X
	Contribuição para a elaboração das políticas institucionais. Manutenção e aprimoramento constante da representatividade da CPA.			X	X	X
	Reformulação constante dos instrumentos de avaliação utilizados pela CPA.			X	X	X
Adequar o processo de ensino-aprendizagem	Adoção de novas metodologias de ensino-aprendizagem.			X	X	X
	Aprimoramento e avaliação do processo aprendizagem.			X	X	X

Promoção das atividades de pesquisa e extensão.			X	X	X
Envolvimento da comunidade acadêmica em atividades científico-culturais.			X	X	X
Promoção da formação continuada.			X	X	X

2.5. Ações de Extensão Previstas

A IES tem ciência que as atividades de extensão possuem a finalidade de propiciar à comunidade o estabelecimento de uma relação de reciprocidade com a Instituição, podendo ser integradas às Atividades complementares, enriquecedoras e implementadoras do próprio perfil do formando. Assim, serão promovidas, a princípio, as ações relacionadas a seguir:

2.5.1. Ações de Responsabilidade Social: Inclusão Social

Cursos e Oficinas que proporcionam a inclusão digital, diminuindo as barreiras tecnológicas, dando acesso à população carente, idosos e crianças.

2.5.2. Sustentabilidade Socioambiental

A IES com o intuito de desenvolver uma cultura de gestão socioambiental, no meio acadêmico, voltada para o processo de sustentabilidade, desenvolverá o **Programa de Responsabilidade Socioambiental**, por meio de conceitos, vivências e práticas, com temas voltados aos aspectos socioambientais.

Para desenvolver práticas relacionadas ao processo de responsabilidade socioambiental, faz-se necessário abordar os pilares da sustentabilidade. Assim como foi definido pelo Laboratório de

Sustentabilidade – LASSU, em 2002, que é necessária maior integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável. Sendo eles: aspectos **econômicos, ambientais e sociais**¹.

Neste sentido a IES implantará projetos na comunidade interna (acadêmica) e externa (comodidade) baseados nos seguintes pilares:

- Pilar Social - Refere-se diretamente ao elemento humano, como a criação de mecanismos que melhorem a qualidade de vida dos cidadãos;
- Pilar ambiental - Tem as suas raízes nas muitas maneiras de se buscar a preservação do meio ambiente, dos recursos naturais, além da diminuição do desperdício de materiais;
- Pilar econômico - Que vai além do seu significado superficial que é relacionado a dinheiro, diz respeito às causas e efeitos de decisões de negócios feitas no âmbito ambiental dentro do contexto econômico.



Fonte: www.copesul.com.br

Dentro do tripé da sustentabilidade empresarial, surge então a necessidade de desenvolver um projeto relacionado à gestão ambiental, por meio da coleta de papel/papelão, onde sua renda a será revertida em ação comunitária, por meio de doações de cestas básicas para a comunidade carente, fazendo com que as pessoas pensem e pratiquem o uso de materiais de forma consciente, bem como se faz necessário a educação ambiental para inserir a cultura de preservação do meio ambiente.

2.5.3. Práticas de Empreendedorismo

Com o escopo de contribuir no perfil empreendedor sustentável e social, de seus acadêmicos, bem como disseminar a cultura empreendedora na comunidade, a IES incentivará por meio do programa “Empreendedorismo e Responsabilidade Social é na Faculdade Sapiens”, atividades de extensão voltadas os aspectos imprescindíveis ao empreendedor, relacionados à ousadia, autoconfiança, liderança, criatividade, satisfação pessoal.

Essas iniciativas também se constituem em uma das estratégias que serão adotadas na IES, com vista em desenvolver as competências relacionadas ao egresso que deseja inserir no mercado, aplicando os conhecimentos com habilidades e atitudes, visando a transformação de uma sociedade pautada pelos princípios de cidadania e responsabilidade social.

Assim sendo, a IES, por meio da sua mantenedora, firmará parceria com o Serviço Brasileiro de Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, para que os alunos possam ser capacitados com a metodologia do curso de Formação de Jovens Empreendedores, e posteriormente passam ser repassado aos alunos de ensino médio de escolas públicas e privadas.

2.6. Atividades de Iniciação Científica Previstas

A IES, por meio do seu Núcleo de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão – NUPPEX, incentivará a iniciação científica por meio de programa próprio (Programa de Iniciação Científica – PIC). O respectivo programa que contará com um regulamento, deverá entre os critérios:

- Durante um período de 6 (seis) meses, o estudante deverá desenvolver, com o auxílio de um professor orientador, uma pesquisa de cunho acadêmico-científica;
- Ao final deste período, um relatório final de investigação deverá ser apresentado, disponibilizado para consulta na biblioteca, bem como deve ser apresentado em uma amostra científica realizada pela IES. Após submissão o acadêmico terá o espaço na Revista Sustentabilidade Organizacional da Faculdade Sapiens, visando a publicação do trabalho científico;

- Ao longo de seu processo investigativo, o estudante contará com uma bolsa de auxílio e com apoio institucional na realização da pesquisa e posterior divulgação dos seus resultados.

2.7. Ações Institucionais Previstas

Com a finalidade de incentivar projetos de extensão que privilegiem a memória cultural da região, a produção artística e o patrimônio cultural regional, a IES, promoverá anualmente evento cultural denominado “Noite Cultural”, que se caracterizará como um momento para a disseminação da cultura local e regional. Assim, serão convidados artistas locais para fins de exporem suas técnicas e apresentarem seus trabalhos, bem como palestrante que abordem temáticas voltadas para a memória cultural da região.

2.8. Ações Institucionais Voltadas para o Desenvolvimento Econômico e Social

A IES buscará o desenvolvimento econômico e social, por meio dos cursos que serão ofertados e que deverão ser concebidos para inserir no mercado profissionais que contribuam para o crescimento de Porto Velho e do Estado de Rondônia, neste sentido fomentará ações institucionais, a saber:

- Inclusão digital;
- Disseminação da Cultura Empreendedora;
- Promoção da Cultura Regional;
- Promover cursos de Gestão e Negócios, para atender a demanda da região.

2.9. Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade Étnico-Racial

A IES promoverá o combate ao racismo e à discriminação socioeconômica e racial mediante a promoção ativa de oportunidades para todos, criando meios para que as pessoas pertencentes a grupos socialmente discriminados possam ter acesso e permanência na Instituição.

As ações afirmativas, com foco no acompanhamento e apoio ao desenvolvimento acadêmico dos estudantes pertencentes a grupos socialmente discriminados, serão realizadas por meio de palestras a todos os acadêmicos que contemple os temas discriminatórios, bem como apoio psicopedagógico.

No ensino, visando proporcionar o conhecimento e a promoção dos direitos humanos e a igualdade étnico-racial, os conteúdos respectivos serão inseridos em disciplinas nos cursos regulares como forma conscientizar e promover a postura cidadã dos estudantes.

2.10. Internacionalização

O mundo globalizado tem exigido dos profissionais novas habilidades e uma postura diferente frente aos desafios a eles colocados. Eles precisam estar preparados para atuar em ambientes competitivos, de grande diversidade cultural e sem fronteiras. Para isso, é importante que tenham um olhar crítico e uma visão ampla sobre suas áreas em que irão atuar.

Neste sentido, a Faculdade instituirá programas e ações que inserem a IES no contexto internacional por meio de cooperação com outras instituições, transferência de conhecimento, mobilidade acadêmica de docentes e estudantes, alunos estrangeiros matriculados na IES, oferta de disciplinas em língua estrangeira, estímulo a publicações e participação em eventos internacionais, entre outros.

As atividades previstas voltadas para a cooperação, intercâmbio e programas com finalidades de internacionalização serão:

1- Programa de Línguas – Inglês

Objetivo: Propiciar o domínio do inglês técnico por meio de convênio com a Escola de Inglês Wise Up.

2- Programa de Cooperação com a UNITAU – Universidade de Taubaté

Objetivo: Termo de Convênio para Cooperação Pedagógico-Técnico-Científica com o objetivo de desenvolver programas de natureza Pedagógico-Técnico-Científica, visando a realização de cursos, seminários, treinamentos, pesquisas, intercâmbio de experiências, informações e a prestação de serviços em áreas de interesse dos órgãos signatários, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão.

Entre os programas, serão oferecidos programas stricto sensu, como forma de promover a titulação dos docentes da IES.

3- Convênio com o SEBRAE

Objetivo: Capacitar os discentes da IES para promover a cultura empreendedora nos jovens de ensino médio de escolas públicas e privadas.

4- Convênio como CREA - Júnior

Objetivo: Apoiar as iniciativas de fomento e promoção de projetos e eventos que tenham ligação com o desenvolvimento do ensino de Gestão e Negócios no Estado de Rondônia.

3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI

3.1. Inserção regional

A IES tem limite territorial circunscrito no município de Porto Velho, no Estado de Rondônia. O atual Estado de Rondônia surgiu da divisão de terras anteriormente pertencentes ao Amazonas e Mato Grosso, quando da sua criação em 1943 chamava-se Território do Guaporé. Em homenagem ao Marechal Rondon (desbravador dos sertões do Mato Grosso e Amazônia), o território recebeu o nome de Rondônia em 17 de fevereiro de 1956, e em 1981 passou a integrar a Federação. Localizado na parte oeste da Região Norte do Brasil, encontra-se em área abrangida pela Amazônia Ocidental.

O atual Estado de Rondônia possui uma área de 237.576.167 km² (IBGE, 2015), localizado na região Norte brasileira. Limita-se ao Norte pelo Estado do Amazonas, ao Leste e Sudeste pelo Estado de Mato Grosso, a Sudeste pelo Mato Grosso e a República da Bolívia, a Oeste pela República da Bolívia e a Noroeste pelos Estados do Amazonas e Acre. Constitui o Estado de Rondônia 52 municípios, tendo uma população estimada em 2014 de 1.748.531 habitantes (IBGE, 2015).

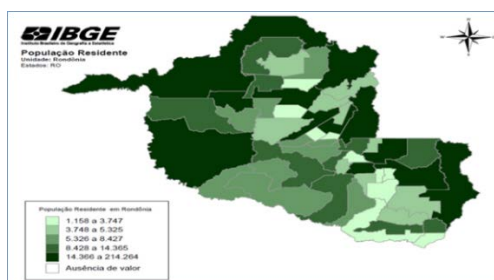


Imagem do Estado de Rondônia evidenciando maior intensidade populacional nos municípios (IBGE, 2015)

Analisando o Estado de Rondônia mediante o cenário nacional pode-se observar que trata-se de um Estado relativamente novo, já que teve sua criação em 1943, na época como “Território do Guaporé”, porém, só veio se fortalecer e desenvolver economicamente com a implementação da condição de Estado em 1981. Época em que teve incentivo do governo federal para o processo de migração de pessoas de outros Estados.

Nos últimos cinco anos, tem-se observado um vertiginoso crescimento econômico diretamente ligado a dois fatores que podem ser considerados principais:

- 1) sua posição geográfica estratégica;
- 2) o potencial de geração de energia elétrica do Rio Madeira (PORTO VELHO, 2008).

Quanto à posição geográfica, podem ser mencionadas obras de infraestrutura como a rodovia interoceânica – a chamada “saída para o pacífico”, com conclusão prevista para 2010 – que ligará as regiões centro-oeste e norte do Brasil aos portos peruanos de Ilo, Maratani e San Juan, permitindo às regiões produtoras da Amazônia e do cerrado brasileiro ter acesso tanto aos mercados dos países vizinhos da América do Sul quanto aos emergentes mercados asiáticos (ALMEIDA; SELEME; CARDOSO NETO, 2013).

Quanto ao potencial energético do Rio Madeira, tem-se a atual construção das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, duas das maiores obras de infraestrutura em andamento do país, ambas localizadas no Município de Porto Velho e causa maior da explosão de crescimento econômico que hoje se verifica na cidade.

Nesse sentido, nos últimos anos, houve um incremento populacional na cidade de Porto Velho em razão de investimentos de origem pública e privada. Se compararmos com o censo de 2009 a cidade contava com uma população de 383.425 habitantes, atualmente, Porto Velho conta com uma população estimada de 502.748² habitantes, representando um crescimento acima de 100.000 pessoas. Tal mudança impôs a necessidade de melhorias em várias áreas e setores, mas, principalmente na formação de profissionais no ensino superior em áreas prioritárias como educação, gestão, engenharia, tecnologias, saúde e segurança.

A atual situação econômica e social do Estado e do município de Porto Velho a partir dos investimentos públicos na construção das usinas hidrelétricas do complexo do Rio Madeira, entre outros investimentos, tais como, construção de estradas, hospitais, escolas, novos distritos e conjuntos habitacionais, com expressivo crescimento do setor imobiliário privado, elevou a categoria da cidade na Região Norte, com melhores oportunidades de emprego e renda.

A cidade conta ainda com o Porto Graneleiro, parte integrante do corredor de exportação de grãos, principalmente, a soja que segue em navios para a América do Norte, Europa e Ásia. Além de grãos e outras mercadorias, como a madeira, o Porto também escoar os produtos da cadeia produtiva de carne e laticínios.

De acordo com dados do Governo do Estado de Rondônia, os principais produtos exportados de Rondônia são a carne, grãos e minérios que têm mercados já estabelecidos na Venezuela, Egito e Europa, além de outros como China e Peru que também apresentam relevante importância na balança comercial do Estado.

Outras obras, segundo o Governo do estado de Rondônia³ estão previstas, a saber:

- Saneamento básico com água encanada e esgotamento sanitário;
- A ponte sobre o Rio Madeira na BR 364 no Distrito de Abunã no município de Porto Velho;
- o anel viário no município de Ji-Paraná, a BR 319 que liga os estados de Rondônia e Amazonas;
- Recuperação de 300 km de estradas na região do município de Candeias do Jamari;
- Construção da Ferrovia de Integração do Centro Oeste, pelo Governo Federal, para o fluxo de cargas de longa distância entre a cidade de Campinorte/GO até Porto Velho/RO.

A construção das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, duas das maiores obras de infraestrutura em andamento do país, ambas localizadas no Município de Porto Velho, demanda grande necessidade de profissionais de várias áreas inclusive da gestão de organizações.

No que diz respeito a economia do Estado de Rondônia, em 2014 foi o 3º maior PIB (Produto Interno Bruto) da região norte, contribuindo com 0.7% do PIB nacional, com 27,8 milhões. A agropecuária é uma parte importante para o desenvolvimento econômico do Estado, tendo a carne como principal produto de exportação. A agricultura, sobretudo o cultivo de soja, é também importante

fonte de renda local (RONDÔNIA, 2015).

Cabe ressaltar outro fato interessante no processo de desenvolvimento de Rondônia é a procura de melhor qualidade de vida e a necessidade da qualificação profissional. Rondônia em 2014 teve um total de 63.975 matrículas no ensino médio em escolas públicas e particulares⁴.

O Município de Porto Velho

O Município situa-se na interseção das coordenadas geográficas 8º 45' e 43'' de latitude Sul e 63º 54' e 14'' de longitude Oeste. O Município limita-se ao Norte com Estado do Amazonas; ao Sul com os municípios de Nova Mamoré e Buritis; a Leste com o município de Candeias do Jamari e Alto Paraíso e a Oeste com o município de Nova Mamoré, República da Bolívia e Estado do Acre.

Em termos de organização territorial, o Município de Porto Velho possui uma área de 34.068,50 km² dividida em três áreas integradas, denominadas macrozonas: Urbana - MU, Ambiental - MA e Rural - MR, equivalente a 14% da área do Estado. Em extensão territorial, a área urbana possui 150 km² (PORTO VELHO, 2008).

Localizada às margens do rio Madeira, a cidade de Porto Velho tem sua história vinculada a esse rio que, integrando as grandes hidrovias da região amazônica, interliga aos principais centros urbanos regionais. Sua localização sempre foi considerada estratégica, na medida em que a realização de obras de infraestrutura de transporte fluvial permitiria as regiões produtoras da Amazônia e do cerrado brasileiro ter acesso aos mercados mundiais tanto na direção do Oceano Pacífico, atingindo os emergentes mercados asiáticos, como rumo a América do Norte, Europa, América do Sul e África.

O município de Porto Velho conta com três terras indígenas e catorze unidades de conservação, que incluem reservas ecológicas, florestas nacionais, florestas sustentáveis e outras categorias, dispõem ainda de um Zoneamento Socioeconômico- Ecológico produzido pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN.

Por sua condição de capital do Estado, Porto Velho tem sua economia fortemente baseada no setor terciário. O comércio é forte e diversificado, por atender a uma extensa região sob sua área de influência e, juntamente com o setor de serviços, constituía a maior fonte geradora de empregos, situação que mudou a partir do início da construção das UHEs do Rio Madeira.

A construção das hidrelétricas de Santo Antônio, localizada a uma distância de cinco quilômetros do centro de Porto Velho, para geração de 3.150 MW de energia (2.218 MW de energia média), ao custo inicial de R\$ 15,1 bilhões e a hidrelétrica de Jirau construída a uma distância de 135 quilômetros do centro dessa capital (medidos ao longo do rio) para geração de 3.300 MW de energia (1.975 MW de energia média), ao custo inicial de R\$ 13,5 bilhões, deixou uma grande legado no que tange a abertura de novas vagas de emprego, pois de acordo com o SEBRAE, Porto Velho recebeu mais de 8 (oito) mil novas empresas nos últimos anos, além de mais 50 (cinquenta) mil novos empregos. Segundo a Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (FIERO), o Estado possui hoje a maior taxa de ocupação da população economicamente ativa da região Norte (94,6%) e a segunda menor taxa de desemprego do Brasil.

O PIB per capita a preços correntes de Porto Velho em 2012 foi de 22.081,22 reais (RONDÔNIA, 2015). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010) registrado é de 0,735.

Porto Velho se insere no Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia. Um instrumento de planejamento do uso da terra, que visa disciplinar a ocupação espacial, em função da capacidade de oferta dos recursos ambientais de cada zona consoante sua caracterização específica de vocação e uso atual, na qual ações, econômicas ou não, impliquem a preservação de ecossistemas frágeis e belezas naturais; conservação de ecossistemas e reposição florestal, com espécies nativas, objetivando minimizar os impactos ambientais, maximizar a eficiência sócio-econômico-ecológica dos recursos naturais, manter a integridade física das áreas indígenas e preservar a cultura aborígene.

O zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico que divide o território municipal em três zonas principais:

- Zona 1 – Áreas de usos agropecuários, agroflorestais e florestais.
- Zona 2 – Áreas de Usos Especiais.
- Zona 3 – Áreas Institucionais.

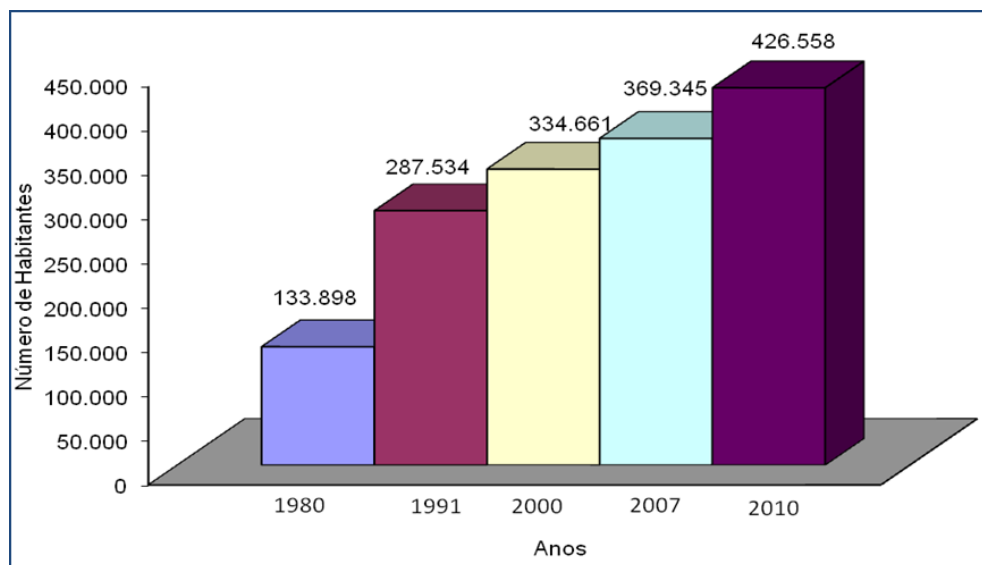
A primeira estabelece zonas de ocupação da terra para diferentes usos, principalmente agropecuários, com graus variáveis de ocupação e de vulnerabilidade ambiental que caracterizam as subzonas. Como diretriz geral, deve ser estimulado na Zona 1 o desenvolvimento de atividades primárias em áreas já desmatadas ou antropizadas, com práticas adequadas e manejo no uso dos

recursos naturais, em particular o solo. A Zona 2 refere-se a zonas onde as atividades de conversão das terras florestais são pouco expressivas. O ordenamento dessas zonas deve priorizar, como diretriz geral, o aproveitamento dos recursos naturais, evitando a conversão da cobertura vegetal natural. A Zona 3 refere-se às áreas institucionais – diz respeito as áreas protegidas de uso restrito e controlado, previstas em lei e instituídas pela União, Estados e Municípios. A utilização dos recursos naturais, nesse caso, deverá seguir os planos e as diretrizes específicas das unidades instituídas, tais como Florestas Estaduais de Rendimento Sustentado, Reservas Extrativistas e outras categorias estabelecidas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei No 9.985/00).

Em 2015 foi publicado no Diário Oficial da União (DOU), o Decreto de criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Rondônia, no município de Porto Velho. A ZPE é uma área de livre comércio com o exterior, destinada à instalação de empresas voltadas à produção de bens que serão comercializados fora do país. Atualmente, existem mais de 20 ZPEs em diferentes fases operacionais espalhadas em 18 Estados.

Quanto a estimativa da população de Porto Velho em 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE é de 428.527mil habitantes, com estimativa de 502.748 mil habitantes em 2015, com aplicações voltadas para que haja um novo ciclo de incremento populacional.

Os dados populacionais apresentados na figura abaixo referentes aos anos de 1980, 1991 e 2000 são oriundos de levantamentos censitários, os relativos ao ano de 2007 referem-se a contagem populacional e os de 2010 referem-se ao censo IBGE daquele ano.



Crescimento Populacional de Porto Velho

Observa-se que houve um crescimento gradativo da população de Porto Velho. Do censo de 1980 para o censo 1991, Porto Velho teve sua dinâmica populacional crescente chegando em torno de 114% de aumento. Já entre o período de 2000 a 2007 ocorreu um período de estagnação ficando o crescimento por volta de 10%. No entanto, a população de Porto Velho voltou a aumentar no intervalo de 2007 a 2010, período em que, conforme dados divulgados pelo IBGE, a cidade sofreu um aumento populacional de 15%. O crescimento registrado nesse último intervalo tem relação direta com a construção das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau (PORTO VELHO, 2008). Este crescimento está vinculado, também, ao crescimento do terceiro setor, onde em 2010, segundo o IBGE, as Unidades da Federação tiveram resultados positivos, e entre os Estados que apresentaram as taxas mais significativas, Rondônia aparece em quarto lugar com 28,2%. Este crescimento é superior ao crescimento da população que nos últimos três anos cresceu em torno de 15%.

PORTO VELHO – CIDADE DIGITAL

Visando diminuir a distância entre os cidadãos portovelhenses, por meio da tecnologia da comunicação, em 2011, foi implementado programa da Prefeitura Municipal de Porto Velho de acesso à INTERNET utilizando conexão sem fio *wireless* baseada em uma rede de dados provida pela Prefeitura de Porto Velho com o objetivo de promover a inclusão sócio digital dos munícipes, bem como interligar o sistema de saúde, educação e administração da Prefeitura, agilizando os serviços prestados.

Conforme informações do site da Prefeitura Municipal de Porto Velho, inicialmente o primeiro ponto de acesso (HOT SPOT), foi disponibilizado em uma torre na Av. Pinheiro Machado nº 2276, Bairro Embratel no pátio do SAMU. A cobertura deste ponto de acesso abrange todas as residências localizadas em um quadrilátero imaginário, composto ao Norte pelo alinhamento da Rua Pe. Agostinho, a leste pelo alinhamento a Rua Silas Shockness, ao Sul pelo alinhamento da Rua Alexandre Guimarães e a Oeste pelo alinhamento da Rua Salgado Filho. A Prefeitura de Porto Velho ampliando este serviço disponibilizou o sinal para parte da população da zona sul. As residências localizadas em um polígono imaginário compreendido entre as ruas: Pau Ferro (ao sul), Anary (ao leste), Tamareira (a oeste) e ruas Daniel Nery, Espírito Santo e Paraná (ao norte), também tem acesso à INTERNET grátis. A Prefeitura de Porto Velho

vai continuar trabalhando para disponibilizar o "PORTO VELHO ONLINE" para toda a população do município.

Em julho de 2015, novos radiotransmissores foram instalados em Porto Velho para aumentar a área de cobertura do sinal de internet grátis para ampliar o acesso da população à internet. De acordo com a Secretaria Municipal de Administração (SEMAD), em pouco tempo todas as áreas dentro da cidade receberão o sinal gratuito. Seis torres foram instaladas em Porto Velho. A intenção é expandir o projeto para os distritos da capital.

GESTÃO E NEGÓCIOS EM PORTO VELHO E RONDÔNIA

Um dos fatos fundamentais para o interesse econômico em Porto Velho surgiu em 1865 em função da guerra do Paraguai, onde o interesse brasileiro pela livre navegação do Rio Paraguai e, ainda, o próprio Paraguai, que ambicionava ver suas fronteiras ampliadas tomando posse de parte do território brasileiro localizado no centro oeste, no Mato Grosso levaram à eclosão da guerra (GOMES, 2013).

Com uma conjuntura que apontava para o conflito armado, Dom Pedro II e o comando militar, ficaram preocupados com a fragilidade das fronteiras no extremo oeste do Brasil. Essa preocupação levou à decisão de proteger a região, e, no ano de 1865, os militares brasileiros, abriram uma clareira e montaram acampamento instalando um contingente militar, o local passou a ser conhecido como ponto velho dos militares, mais tarde, Porto Velho dos Militares (GOMES, 2013).

Apesar das dificuldades operacionais e da distância até Santo Antônio, o porto velho dos militares por apresentar maior segurança, continuou a ser utilizado, principalmente pela empresa de Percival Farquar, que desde 1907, descarregava materiais para dar início a terceira e um dos mais importantes e desafiadores empreendimentos, do Brasil, em Porto Velho, a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré⁶.

A partir desta data, novos empreendimentos e, por conseguinte, segmentos econômicos começaram a surgir, entre eles, a construção das casas dos empregados da companhia responsável pela construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, instalação de hospital, escolas e estabelecimentos comerciais, formando uma pequena e bem planejada cidade, nela, moravam cerca de mil pessoas quando a obra da construção da Estrada de Ferro se concluiu em 1912⁷.

Outro empreendimento de grande importância, que iniciou em 1960, foi à construção da BR-29, atual BR 364, que possibilitou a ligação pioneira de Porto Velho a Cuiabá, e daí ao resto do país, dando um grande impulso para o desenvolvimento econômico de Porto Velho, atraindo grandes investidores e empreendedores do ramo imobiliário e do setor de energia.

Por ser um município novo, em crescimento, com grandes demandas, e ainda contar com 12 (doze) distritos para atender, o Plano Plurianual - PPA 2014 – 2017 da Prefeitura do Município de Porto Velho contempla a construção de: 38 escolas para o ensino fundamental nas zonas urbanas e rurais, 12 creches para o ensino infantil, 20 quadras poliesportivas cobertas, 739 unidades habitacionais, o terminal rodoviário interestadual, 400 m de ponte e passarelas de madeira, 90 m de ponte de concreto armado, 322 km de drenagem para águas pluviais, 555 km de vias pavimentadas com CBUQ, 376 km de rodovias vicinais, recuperação de 538 km de rodovias vicinais e reforma e ampliação de 24 escolas que atendem o ensino fundamental da área urbana e rural⁸.

Nesse contexto, ressalta-se que com o crescimento demográfico, econômico e político do Estado de Rondônia, acentuou-se também o crescimento de empresas que passaram a exigir mais profissionais qualificados. Muito por conta desse crescimento, a formação e a qualificação de recursos humanos se faz necessária na região, ainda mais, em setores estratégicos de desenvolvimento econômico e social, como negócios das áreas de tecnologia da informação, relacionamento com o cliente, análise do mercado exterior, gestão profissional das organizações públicas e privadas, entre outros que estimulam alavancar o empoderamento profissional da sociedade rondoniense.

Há muito a fazer no Estado, comprovadamente existe um grande déficit de moradia, de sistema de esgoto, de sistema energético, de infraestrutura das estradas, avenidas e ruas, com uma acessibilidade insuficiente e no momento do crescimento vertical. Observa-se que vários empreendimentos como frigoríficos, laticínios, indústrias de beneficiamento de madeira, indústrias de móveis e colchões, indústrias de confecções, indústrias de refrigerantes, polpas de frutas, beneficiamento de pescados, usinas termelétrica de geração de energia surgem a cada ano e necessitamos de mão de obra oriunda da nossa população local. Diante das inúmeras possibilidades verifica-se que o mercado de trabalho no Estado de Rondônia é muito promissor.

Conforme cenário exposto, o Estado de Rondônia, em particular o município de Porto Velho, demanda por profissionais especializados em Gestão e Negócios voltados para atender a premente

necessidade de crescimento e fortalecimento econômico, social e ambiental dessa parte da região amazônica.

CONTEXTO EDUCACIONAL

Porto Velho uma cidade relativamente jovem, com uma dinâmica populacional peculiar a incrementos estatais e privados vem se consolidando, desse modo tem-se cada vez mais a evidência de que se precisa de Instituições de Ensino Superior para melhorar a formação dos cidadãos rondonienses, com isso surge a necessidade de que mais cursos superiores sejam abertos para dirimir a questão tão crucial para o Estado.

Esta constatação pode ser também percebida pelas matrículas no ensino fundamental e médio na cidade de Porto Velho e no Estado de Rondônia.

No Estado de Rondônia, de acordo com o Censo escolar MEC/INEP, em 2015 foram registradas 249.503 (duzentos e quarenta e nove mil e quinhentos e três) matrículas de alunos na modalidade regular no Ensino Fundamental e, 56.196 (cinquenta e seis mil e cento e noventa seis) matrícula na modalidade regular Ensino Médio, conforme SEPOG⁹.

Rondônia

Modalidade de Ensino	Estado
Ensino Fundamental	249.503
Ensino Médio	56.192

Sendo que, de acordo com o IBGE, em 2015, no Município de Porto Velho foram registradas 82.969 (oitenta e dois mil e novecentos e sessenta e nove) matrículas de alunos na modalidade regular Ensino Fundamental e, 16.058 (dezesesseis mil e cinquenta e oito) matrículas de alunos na modalidade regular Ensino Médio¹¹.

⁹ www.sepog.ro.gov.br/.../PerfilRondonia

⁹ <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=110020&idtema=16&search=rondonia|porto-velho|sintese-das-informacoes>

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=110020&idtema=16&search=rondonia|porto-velho|sintese-das-informacoes>

Porto Velho

MODALIDADE DE ENSINO	MUNICIPIO
Ensino Fundamental	82.969
Ensino Médio	16.058

Contudo, observa-se, que mesmo a oferta dos cursos superiores aplicados à área da gestão de organizações ofertados na região tornam-se escassos, pois não há como os cursos existentes suprirem a necessidade que os egressos do ensino médio procuram, uma vez que a oferta não é suficiente para cobrir as demandas por capacitação profissional e intelectual que a capital do Estado de Rondônia necessita para que possa continuar seu crescimento socioeconômico. Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da Instituição.

3.1.1. Princípios Filosóficos

A IES possui como princípio básico a busca constante da excelência acadêmica em suas áreas de atuação, seja no âmbito local, regional e nacional.

A IES proporcionará um processo de ensino/aprendizagem transparente, com definições claras de operacionalização e com contínuo investimento em infraestrutura física e de recursos humanos propiciando à sociedade melhores condições de acesso ao ensino de qualidade, assegurando o cumprimento da sua função social enquanto instituição de ensino superior.

3.1.2. Princípios Teórico-Metodológicos

A inovação do modelo educacional da IES é proporcionada pelo moderno conceito de ensino em que todas as disciplinas são organizadas por meio de Eixos de Conhecimento. Este conceito garante ao aluno o aprendizado e o desenvolvimento de todas as habilidades exigidas pelo mercado de trabalho. Isto significa um ensino lógico, sólido e efetivo, com total equilíbrio entre tudo o que se ensina.

Paralelamente, as disciplinas são agrupadas a partir de três blocos de conhecimento, com os

seguintes objetivos:

- **Formação humanista e raciocínio básico** - São aquelas disciplinas em que buscamos desenvolver o raciocínio lógico, a criatividade e o desenvolvimento humano dos nossos alunos.
- **Formação específica na área do curso** - São aqueles conteúdos que buscamos desenvolver nos nossos alunos tendo em vista a formação profissional na área do curso. Estes conteúdos, apesar de apresentarem um grande embasamento conceitual, também se caracterizam pela sua aplicação prática.
- **Formação específica na área de especialização** - São aqueles conteúdos mais práticos. Estes buscam abordar principalmente as práticas utilizadas na área de atuação do curso.

Nossa metodologia de ensino contempla todas as necessidades da interdisciplinaridade e, em todas as disciplinas, trabalhamos todas as áreas do aprendizado.

3.2. Políticas Acadêmicas

3.2.1. Ações Acadêmico-Administrativas para os Cursos de Graduação

3.2.1.1. Políticas de Ensino

A política de Ensino da IES tem como meta o ensino de qualidade capaz de desenvolver em seus alunos as habilidades e competências que o mercado de trabalho exige, além de permitir a formação de indivíduos éticos. Para isso, utiliza sempre que possível, os princípios de interdisciplinaridade entre as diferentes áreas do saber e do uso de novas metodologias no processo de ensino-aprendizagem. Neste contexto, a política de ensino, nestes próximos cinco anos contará com as seguintes ações:

- I. Atualização e flexibilização das estruturas curriculares dos seus cursos de graduação, mantendo sempre os programas dos cursos em sintonia com a legislação e o mercado de

trabalho.

- II. Capacitação do corpo docente para o emprego de novas tecnologias e metodologias de ensino;
- III. Incentivo dos docentes quanto à sua qualificação por meio da formação continuada;
- IV. Incentivo aos docentes para o desenvolvimento e realização projetos interdisciplinares, aproximando sempre que possível a teoria e a prática;
- V. Incentivo na criação de projetos de extensão;
- VI. Incentivo ao Programa de Iniciação científica;
- VII. Criação de um programa de monitoria visando atender aos alunos com dificuldades de aprendizagem;
- VIII. Incentivo às ações de Avaliação Institucional;
- IX. Estímulo as atividades extracurriculares na IES, permitindo que aluno tenha uma vivência acadêmica com desenvolvimento de competências e habilidades que favoreçam a sua colocação profissional;
- X. Atualização dos recursos laboratoriais, de infraestrutura e dos equipamentos;
- XI. Manutenção de um acervo atualizado na Biblioteca da IES;
- XII. Desenvolver ações que promovam parcerias institucionais.

3.2.1.2.1. Sistemática de Atualização Curricular

A sistemática de atualização curricular prevê a elaboração e atualização continuada das matrizes curriculares dos cursos de graduação, com conteúdos que contemplam de forma integrada todas as áreas de conhecimento dos cursos. Para tanto, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) deverá anualmente verificar e atualizar a matriz curricular do curso, em consonância com as DCNs e mercado de trabalho. Após atualização e alterações o NDE deverá encaminhar para a homologação do Colegiado do Curso respectivo.

3.2.1.2.2. Desenvolvimento e Utilização de Material Didático-Pedagógico

O NAE- Núcleo de Apoio Educacional é um órgão de apoio acadêmico, onde os docentes terão todo o suporte, seja de materiais didático-pedagógicos ou logísticos para o desenvolvimento de suas atividades educacionais.

3.2.1.2.3. Programa de Monitoria

O Programa de Monitoria da IES se destinará aos discentes regularmente matriculados. Este programa visa despertar nos acadêmicos o interesse pela docência, por meio de atividades voltadas para o ensino/aprendizagem.

Por meio do Programa de Monitoria será possível desenvolver habilidades e competências que ajudarão a aprimorar o crescimento e desenvolvimento didático e profissional dos discentes.

Entende-se por monitoria uma atividade específica de ensino/aprendizagem estabelecida dentro do princípio de vinculação exclusiva às necessidades de formação acadêmica do aluno de graduação e inserida no planejamento das atividades de ensino, iniciação científica e extensão dos cursos de graduação.

A escolha do monitor se dará por meio de análise curricular aos discentes devidamente matriculados, com nota igual ou superior a 7 (sete), sem reprovação, que estejam sempre, pelo menos, 1 (um) semestre a frente da disciplina ofertada para monitoria, assim como, tenham vivência acadêmica ilibada.

A monitoria será efetuada de duas maneiras: a voluntária e a com bolsa parcial na mensalidade do curso que o discente esteja matriculado.

Este programa será normatizado por regulamento interno próprio.

3.2.1.2.4. Diretrizes e Princípios Pedagógicos para Concepção dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

A elaboração dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação respeitarão as diretrizes curriculares nacionais e os seguintes princípios:

- I. Deve estar sintonizado com nova visão de mundo, expressa nesse novo paradigma de

- sociedade e de educação, garantindo a formação global e crítica para os envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, bem como sujeitos de transformação da realidade, com respostas para os grandes problemas contemporâneos;
- II. Deve propiciar condições para que o cidadão, ao desenvolver suas atividades acadêmicas e profissionais, paute-se na competência e na habilidade, na democracia, na cooperação, tendo a perspectiva da educação/formação em contínuo processo como estratégia essencial para o desempenho de suas atividades;
 - III. Deve contemplar as habilidades de apreensão, compreensão, análise e transformação, tanto no âmbito do conhecimento tecnológico que se dissemina velozmente, como no âmbito da formação da competência política, social, ética e humanista.
 - IV. Ser elaborado para cada curso, de modo a ser a referência de ações e decisões, no contexto de uma área de conhecimento;
 - V. Deve definir os seguintes itens: a identidade formativa nos âmbitos humano, científico e profissional; as concepções pedagógicas; as orientações metodológicas e estratégicas para o ensino e o aprendizado e a sua avaliação; o currículo e a estrutura acadêmica do seu funcionamento;
 - VI. Deve ser elaborado em consonância com o PDI de modo a materializar as propostas contidas nestes.
 - VII. Os conteúdos das disciplinas dos cursos serão selecionados, de acordo com o perfil do egresso pretendido e objetivos dos cursos, respeitado as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas para cada curso.

3.2.1.2.5. Diretrizes e Princípios Pedagógicos para Concepção dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Pós-Graduação

A IES, com base no conceito de formação continuada, buscará ofertar por meio do Núcleo de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão – NUPPEX um elenco de cursos de níveis lato e stricto sensu, enquadrados nas áreas dos respectivos cursos de graduação da IES.

No que concerne as diretrizes, a pós-graduação na IES se fundamenta em:

- I. Formar profissionais de alto nível, com fundamentação sólida em pesquisa;
- II. Favorecer a cooperação científica e a mobilidade acadêmica;
- III. Realizar parcerias com outras instituições, com o intuito de criar novas possibilidades de atuação, seja na busca de novos conhecimentos, seja na aplicação de conhecimentos na atividade produtiva;
- IV. Planejar a ampliação da infraestrutura de ensino e pesquisa em nível de pós-graduação;
- V. Criar eventos científicos na Instituição, ampliando o diálogo com pesquisadores e instituições do Brasil e do exterior;
- VI. Apoiar a participação da comunidade acadêmica em eventos científicos externos;
- VII. Regulamentar, revisar e disponibilizar normas e procedimentos relacionados à pós-graduação.

A pós-graduação tem como objetivos:

- I. Incentivar a integração dos cursos de pós-graduação por meio de disciplinas e seminários comuns;
- II. Apoiar os docentes, discentes e as ações da Coordenação de Pós-Graduação no aprimoramento da formação conteudista e extensionista dos programas a serem implantados;
- III. Incentivar a incorporação de novos docentes da IES nos cursos de pós-graduação;
- IV. Fomentar a discussão sobre a criação de cursos de especialização;
- V. Buscar parcerias para realização de cursos de pós-graduação na modalidade de Mestrado Interinstitucional – MINTER, visando à qualificação dos docentes da IES e o fortalecimento dos diversos setores da região de inserção;
- VI. Fortalecer o intercâmbio nacional dos docentes dos cursos de pós-graduação, visando o desenvolvimento de parcerias de longa duração e a mobilidade discente.

Almejando contribuir com o crescimento da comunidade local e regional e também para alcance

dos objetivos expostos, a IES empregará esforços visando à cooperação com outras instituições e na troca de experiências, por meio de ações de benefícios mútuos.

3.2.1.3. Vinculação da oferta educacional da IES às demandas do desenvolvimento local e regional, da inclusão social, tecnologia, política e cultural, do respeito e preservação ambiental.

O caráter empreendedor e inovador, fruto da missão institucional da IES, impulsionou no processo de decisão das escolhas dos cursos.

Fazendo uso de uma análise qualitativa de tendências de futuro do Estado e, principalmente na sua capital, Porto Velho, chegou-se a várias conclusões determinantes para a escolha dos cursos. Em todas elas pode-se afirmar com convicção que o Estado irá passar por um novo ciclo de mudanças que estará associada diretamente a alguns fatos:

- Sua posição geográfica exatamente ao centro da América do Sul;
- A expansão da linha ferroviária de Mato Grosso a Porto Velho;
- A estrada Transoceânica que liga Porto Velho ao Pacífico;
- A hidrovia do Rio Madeira que leva produtos de Porto Velho diretamente ao Atlântico;
- A possibilidade de criação de Portos privados – fazendo com que qualquer empresa embarque seus produtos pelo Rio Madeira;
- A Zona Franca de livre comércio de Guajará-Mirim, cidade localizada a 330 km de distância da capital na divisa com a Bolívia;
- Criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Rondônia, no município de Porto Velho.

Todos estes fatos já tem mostrado o novo caminhar do Estado: Dados da FIERO/RO apontam que nos últimos 12 meses o Estado aumentou em 27,9% o número de exportação e no mesmo período o Brasil teve taxa negativa de 3,4%.

O estudo mostrou que o cenário de crescimento irá mudar muito e a forma de crescer também. Pela primeira vez no Estado, uma vez que as cadeias modais logísticas foram sanadas, pode-se pensar

em processos de beneficiamento e industrialização da região. Para isto o Estado não está preparado no que diz respeito à mão-de-obra qualificada para aperfeiçoar este quadro.

Foi levando em consideração este cenário que a IES foi concebida e constituída, no sentido de torna-se um centro de excelência no estudo e ensino voltados exclusivamente para o campo da gestão e criação de negócios sustentáveis.

A aplicação dos cursos na IES é bastante viável, pois se trata, de mais um investimento a partir das vocações locais e regionais, no âmbito da formação e capacitação de profissionais especializados. Os cursos deverão qualificar cada vez mais recursos humanos que possam contribuir para o desenvolvimento e, interferir nos diversos segmentos comerciais, empresariais, bem como da gestão pública.

Os cursos de graduação em Gestão e Negócios acompanharão a velocidade do mercado buscando atender às necessidades da sociedade em relação à educação profissional em áreas específicas.

A IES pretende disponibilizar cursos de graduação, tomando como base a proposta de uma educação com qualidade, na perspectiva de formar profissionais aptos a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Rondônia, em especial o município de Porto Velho, com uma postura ética, empreendedora e comprometida com a sustentabilidade do Estado.

A Faculdade engaja-se no processo de desenvolvimento que se verifica na região e espera ocupar, com muito empenho e dedicação, as oportunidades criadas por uma sociedade que caminha a passos largos para ampliar sua participação no cenário nacional na medida em que o fortalecimento dos investimentos privados e a modernização do Estado criam novas solicitações e estímulos nas áreas da produção e do conhecimento.

3.2.1.4. Metodologias de Ensino

As metodologias de ensino deverão estar expressas no projeto pedagógico de cada curso e refletidas nos planos de ensino das disciplinas dos cursos de graduação. A cada semestre o professor deverá apresentar ao coordenador do curso respectivo, o Plano de Ensino descrevendo os princípios metodológicos adotados para a sua disciplina e este último submeterá à aprovação do NDE.

a) Projetos Integradores

O Projeto Integrador é uma concepção de aprendizagem que pressupõe uma postura metodológica interdisciplinar, a qual se desenvolverá no transcorrer do curso.

As Atividades Interdisciplinares, por meio de projetos integradores, dos Cursos de Graduação da IES é componente curricular obrigatório e deverá ser desenvolvido a partir do primeiro semestre do curso visando contribuir para uma aprendizagem significativa que contemple o levantamento de problemas de ordem prático-teórica, existentes nas organizações públicas e/ou privadas.

A partir dos eixos temáticos expressos pelas disciplinas desenvolvidas nos semestres do curso, o Projeto Integrador buscará levantar dados/temas junto às empresas/organizações, relacionado às questões do curso, por meio de visitas técnicas/contatos a fim de diagnosticar eventuais problemáticas acadêmicas e possíveis soluções/discussões trabalhadas em sala de aula.

O Projeto Integrador deverá ser elaborado considerando a estrutura formal, quanto à forma escrita e apresentação, dos critérios técnicos estabelecidos nas Normas de Trabalhos Científico-Acadêmicos da IES, no que forem aplicáveis.

Na dimensão interdisciplinar, o Projeto Integrador tem como objetivo favorecer o diálogo entre as disciplinas que integram o currículo do curso.

O Projeto Integrador deverá ser administrado pelo coordenador do curso ou por um professor, por ele indicado.

b) Aprendizagem baseada em problemas

A política de ensino da IES será elaborada a partir de discussões e proposições dos diferentes órgãos e colegiados acadêmicos da IES. Desta forma, trata-se, então, de um processo contínuo de reflexão, construção, aplicação e revisão de objetivos, finalidades e metas que possibilitem a construção de uma política voltada à formação de sujeitos críticos. Assim a Faculdade desenvolverá projetos que garantirão uma aprendizagem baseada em problemas (ABP). Essa metodologia apresenta como características principais:

- o fato de ser centrada no aluno;
- se desenvolver em pequenos grupos tutoriais;
- apresentar problemas em contexto real;
- possuir processos ativos, cooperativos, integrados e interdisciplinares e orientada para a aprendizagem do adulto.

Os estudos acerca da metodologia baseada em problemas têm se enriquecido com os conhecimentos sobre a gênese do processo cognitivo, da aprendizagem do adulto e da fisiologia da memória, ressaltando-se a importância da experiência prévia e da participação ativa como pontos fundamentais para a motivação e aquisição de conhecimentos. A ABP estimula no aluno a capacidade de aprender a aprender, de trabalhar em equipe, de ouvir outras opiniões, mesmo que contrárias às suas e induz o aluno a assumir um papel ativo e responsável pelo seu aprendizado. A metodologia da ABP objetiva, ainda, conscientizar o aluno do que ele sabe e do que precisa aprender e motiva-o a ir buscar as informações relevantes.

c) Metodologias ativas de ensino e aprendizagem

Tendo em vista a formação do profissional preparado para planejar e gerir de forma reflexiva, ética e inovadora, os Cursos de Graduação da IES têm como pressuposto pedagógico ser realizado por meio de metodologias ativas que valorizam a aprendizagem do aluno em processo de construção, envolvendo o desenvolvimento de competências de forma a considerar conhecimentos, habilidades e atitudes no processo, pois, a IES entende que a educação oferecida deve ser norteada pela busca de uma formação plural, enfocando, além das competências e habilidades técnicas-profissionalizantes, a formação com ênfase no exercício da cidadania; adequando o perfil do egresso às novas demandas do mundo do trabalho, por meio do desenvolvimento de competências técnicas comportamentais e gerenciais necessárias a atuação dos egressos dos cursos na sociedade.

Diante deste panorama, fica evidenciado que não basta o domínio estático do conhecimento. Devem-se fortalecer as ações no campo da educação permanente e interdisciplinar, à medida que a inserção do indivíduo no processo formativo irá conduzi-lo a uma necessidade constante de

aperfeiçoamento, tanto individual quanto profissional.

Corroborando com estas premissas, a percepção metodológica buscará incentivar a efetiva aplicação da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade ao longo do curso, conforme as diretrizes curriculares específicas, assim além do conhecimento teórico prático, busca-se agregar a vivência da experiência como futuro profissional a partir dos conteúdos, onde serão contempladas:

- **Aula dialogada** – aquela que permite valorização da troca e dos acréscimos de informações pelos alunos e professor, implicando posicionamento e participação ativa de todos na sala;
- **Aula expositiva** – aquela que permite ao educador expor conteúdos, ideias e informações;
- **Estudo de Caso** – atividade que requer interpretação, assimilação para trabalhar a capacidade de fazer analogias de situações reais;
- **Estudo Dirigido** – atividade investigativa de casos, situações e questões direcionadas para compreensão de problemas gerais ou específicos;
- **Visitas Técnicas** – são visitas realizadas em empresas e outras organizações tendo em vista os conteúdos dos cursos, com o acompanhamento de um ou mais professores, com o objetivo de proporcionar aos estudantes uma visão prática de conhecimentos adquiridos em sala de aula;
- **Desenvolvimento de seminários** – oportunizar ao aluno mostrar as leituras e análises elaboradas de modo individual ou em grupo;
- **Dinâmica de grupo** – permite analisar o potencial de cada um ou do grupo para a concretização de tarefas propostas;
- **Atividades extraclases** – valorização de atividades que complementem o conhecimento e ideias trabalhados na sala de aula;
- **Atividades individuais ou em grupo** – valorização da produção-criação do aluno de modo individual ou em grupo;
- **Atividades laboratoriais** – aprender a trabalhar em laboratório ou em rede, problemas gerais ou específicos à área de formação.

3.2.1.5. Atividade Prática Profissional

I - ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio supervisionado, quando obrigatório no curso, terá por objetivo propiciar a complementação de estudos, por meio do exercício da prática profissional em disciplinas de seu curso de formação, carga horária e duração estabelecida, de acordo com os critérios da legislação vigente.

Salvo no Curso de Pedagogia que possui suas peculiaridades, o estudante poderá realizar o estágio curricular supervisionado a partir do último ano do curso, entendendo-se que nesse momento terá concluído a maioria dos conteúdos profissionalizantes do seu curso de formação. Terá ainda maturidade para o desenvolvimento, a contento, do trabalho. O estágio poderá ser realizado na própria Instituição de Ensino ou em organizações e empresas que tenham instalações em condições de proporcionar ao estagiário, atividades de aprendizagem profissional, social e cultural, condição está que será avaliada pelo Professor-orientador, conforme Regulamento Interno próprio, que deverá ser aprovado pelo Conselho Acadêmico.

II – ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades Complementares deverão ser obrigatórias para a conclusão dos cursos de graduação da IES e devem compreender mecanismos de aproveitamento de saberes adquiridos pelo discente em atividades escolhidas pelo mesmo, como: iniciação científica; monitoria; extensão; participação em eventos ou programas científicos e/ou culturais e de visitas técnicas e cursos.

As atividades complementares deverão ser normalizadas por regulamentos interno próprio.

III – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Um dos objetivos da Instituição se materializa no oferecimento de condições de ensino e aprendizagem que levem à formação de pessoas capazes de trilhar a carreira escolhida, por meio da articulação de um sólido conhecimento teórico aliado ao referencial prático, que lhes permita alcançar suas metas e participar ativamente da promoção de um desenvolvimento sustentado no âmbito regional.

O Trabalho de Conclusão de Curso da IES deverá estar estruturado para o alcance destes objetivos

por meio da realização de uma investigação sistematizada que, além de exigir uma visão geral e articulada das diferentes áreas envolvidas na formação do estudante, exigirá, igualmente, domínio conceitual, teórico e metodológico.

O supracitado programa envolverá aulas, atividades de orientação, experiências vivenciadas na organização, pesquisa teórica e empírica, sistematização de coleta, análise e tratamento do material reunido e a elaboração de um relatório com características acadêmicas, porém de aplicabilidade no campo real da área de atuação do curso respectivo.

3.2.1.6. Perfil do Egresso

A concepção dos currículos dos cursos de graduação da Faculdade deverá ter como diretriz uma visão institucional do perfil do egresso que pretendemos formar, da sua inserção regional e do seu papel social. A IES se propõe a oferecer um processo educativo que contribua para o desenvolvimento pessoal do aluno e de sua cidadania, despertando-lhe o senso crítico, o critério ético e a capacidade de julgar e agir. Espera-se que o egresso domine a técnica inerente a sua área de conhecimento, assim como demonstre competências e habilidades na execução do conhecimento adquirido além do desenvolvimento de seu espírito crítico.

Assim o aluno ao final do curso deverá apresentar:

- Postura a ética e compromisso com o desenvolvimento da região;
- Competência técnica e empreendedora;
- Formação humanística;
- Visão crítica;
- Espírito investigativo;
- Capacidade de aprendizagem autônoma e continuada;
- Habilidades para desenvolver ações multiprofissionais.

3.2.1.7. Princípios Pedagógicos que Orientam a Ação Educativa

- Comprometimento com a melhoria da qualidade de ensino;
- Especificamente em relação ao aluno, deve oportunizar a apropriação dos conhecimentos humanos e técnicos historicamente produzidos, na perspectiva de melhor contribuir para sua inserção crítica no contexto das relações sociais, em nível macro, como um ser que se humaniza, cada vez mais.

3.2.1.8. Sistema de Avaliação

3.2.1.8.1. Avaliação dos Cursos de Graduação

a) Avaliação do Currículo à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos

Diante da necessidade de atualização da matriz curricular, o NDE – Núcleo Docente Estruturante de cada curso de graduação da IES deverá verificar anualmente e, sempre que se fizer necessário, à luz das diretrizes curriculares nacionais dos cursos (DCNs) a adequação dos currículos respectivos, respeitado a legislação complementar.

b) Avaliação do Currículo tendo em vista os critérios legais:

As matrizes curriculares dos cursos deverão atender aos critérios legais relacionados abaixo, incorporando em suas disciplinas os conteúdos respectivos. Para as políticas de educação ambiental os conteúdos deverão ser incorporados, de forma transversal, contínua e permanente às disciplinas dos cursos.

CRITÉRIOS LEGAIS

- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004)
- Políticas de Educação ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002)

- Direitos Nacionais para a Educação em Direitos Humanos Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012.
- Disciplinas de Libras (Decreto 5.626/2005)

A disciplina de libras deverá ser oferecida como optativa nos cursos de Gestão e Negócios.

c) Autoavaliação do Curso

Os cursos regulares em atividade na IES participarão do processo de Autoavaliação Institucional promovido pela CPA – Comissão Própria de Avaliação.

- **Frequência:** Anualmente, os cursos serão avaliados por meio de instrumentos próprios que serão desenvolvidos pela CPA.
- **Critérios orientadores para a atualização curricular:** Os resultados da avaliação fornecidos pela CPA contribuirão para os ajustes curriculares necessários, como forma de manter um padrão de qualidade.
- **Mecanismos de atualização:** Por meio de pesquisas aplicadas ao corpo acadêmico.

3.2.1.8.2. Avaliação do Projeto do Curso

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos deverão passar regularmente por avaliação, assegurando o alcance do objetivo de contribuir para a reformulação e o enriquecimento da proposta curricular inicialmente elaborada. Será de competência da Coordenação do Curso e do NDE o desenvolvimento das ações para a respectiva avaliação.

Ações decorrentes dos processos de avaliação do Projeto do Curso

Para oferecer subsídios para avaliação do Projeto Pedagógico e melhoria contínua da prática pedagógica serão utilizados os seguintes instrumentos:

1. Relatório do ENADE sobre o desempenho global dos alunos;
2. Relatório da CPA (Auto Avaliação);
3. Relatório de Avaliação Externa – (Avaliação do MEC in loco);
4. Avaliação do Perfil do Egresso.

1. Relatório do ENADE sobre o desempenho global dos alunos

Em relação ao ENADE - Exame Nacional do Desempenho Estudantil, a Instituição terá como prática, em seus diversos cursos, a análise das provas e a avaliação da cobertura em profundidades dos itens que foram avaliados, para verificar se estão ou não contemplados no plano de ensino das disciplinas. No caso dos itens contemplados, eles serão incorporados nas disciplinas as quais tem aderência. Após a divulgação do desempenho dos alunos nas provas, será realizada a análise do desempenho deles. Verificando-se, sobretudo, onde o desempenho foi mais fraco (conteúdo geral, específico, questões dissertativas, etc.) será observado ainda que nível de aprendizado e competências foi exigido (conhecimento, compreensão, análise, aplicação, etc.) as conclusões servirão para orientar os professores nas habilidades que devem desenvolver em seus alunos em cada disciplina.

2. Relatório da CPA - Avaliação Institucional

O Resultado da avaliação de todas as dimensões oferecerá um quadro detalhado da Instituição e do curso, permitindo que sejam estabelecidas metas a serem alcançadas nas diversas áreas, sobretudo nas dimensões de ensino e extensão, como explicitado na dimensão II da auto avaliação institucional, incluindo:

- melhorias na concepção do currículo e da organização didático pedagógica, suas práticas e metodologias;
- formação docente, por meio do desenvolvimento do Programa de Incentivo a Formação Continuada;
- inovações didático pedagógicas e uso das tecnologias de ensino;

- apoio discente;
- articulação de atividades de ensino, extensão e intervenção social.

3. Relatório de Avaliação Externa – (Avaliação do MEC in loco)

Na avaliação externa “in loco” serão verificadas a organização didática pedagógica, corpo docente e infraestrutura e se as mesmas estão de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo INEP/MEC. O Relatório de avaliação externa resultante da avaliação reproduzirá um “retrato” do curso, isto é nos mostrará quais são os pontos que acertamos e quais os que precisaremos melhorar. Este relatório deverá ser apreciado pelo NDE e colegiado do Curso, e, caso hajam pontos a serem melhorados e/ou recomendações sugeridas pela Comissão de Especialistas do INEP, as mesmas deverão entrar na pauta de discussões em reuniões de estudo destes órgãos, tendo como objetivo melhorar constantemente o projeto e as práticas pedagógicas do curso.

4. Avaliação do Perfil do Egresso do Curso

Com o objetivo de acompanhamento dos egressos dos cursos, a IES realizará pesquisas de acompanhamento, a partir da formação da primeira turma de cada curso, para atualizar sempre o “Perfil do Estudante Egresso dos Cursos de Graduação” da Faculdade.

Esta avaliação se dará por meio do Programa de Acompanhamento ao Egresso – PAE, que se constituirá num instrumento que possibilitará uma continuada avaliação da instituição, por meio do desempenho profissional dos ex-alunos. Trata-se de um importante passo no sentido de incorporar ao processo de ensino/aprendizagem elementos da realidade externa à IES, que apenas o profissional oriundo de seus cursos está em apto a oferecer, já que é ele quem experimenta pessoalmente as consequências dos aspectos positivos e negativos vivenciados durante sua graduação.

Para tal avaliação a IES realizará a ação de manter registros atualizados de alunos egressos.

3.2.1.8.3. Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem

As avaliações deverão medir o desempenho dos alunos frente aos objetivos traçados nas atividades de ensino-aprendizagem. A boa avaliação atribui uma boa pontuação ao bom desempenho, e uma pontuação ruim ao mau desempenho. Fundamentalmente, o valor do instrumento de avaliação encontra-se no seu poder de discriminar estes dois pontos. Para conseguir um mínimo de objetividade e eficiência nestes instrumentos, algumas regras deverão ser observadas, previstas no Capítulo V – Da Avaliação e do desempenho Acadêmico, conforme descrito abaixo:

Art. 153. A avaliação do rendimento acadêmico será contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Art. 154. A frequência às aulas e demais atividades curriculares é obrigatória, sendo vedado expressamente o abono de faltas.

Parágrafo único. As exceções permitidas estão previstas em lei.

Art. 155. Nos cursos na modalidade presencial, será obrigatória a frequência às aulas e demais atividades curriculares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total programada para cada série semestral, sendo considerado reprovado, no semestre, o aluno que não atingir este percentual de frequência.

Art. 156. A verificação e registro da frequência são de responsabilidade do professor, e seu controle, para efeito do artigo anterior, do Coordenador de Curso.

Art. 157. A avaliação do rendimento acadêmico deverá ocorrer, preferencialmente, ao final de cada item das unidades componentes do Programa de Disciplina, ficando a critério do docente a forma e a quantidade da mesma.

Art. 158. Os instrumentos de avaliação serão os mais diversificados possíveis, desde exercícios, trabalhos acadêmicos orais e escritos, testes objetivos, provas discursivas, seminários, feiras culturais, jornadas pedagógicas, projetos, relatórios, atividades de monitoria, entre outros.

Art. 159. Os critérios para avaliação do rendimento acadêmico deverão ser estabelecidos pelos professores e discutidos previamente com os alunos, destacando-se prioritariamente, o desenvolvimento do raciocínio, do senso crítico e da capacidade de relacionar conceitos e fatos, associar causa e efeito, analisar e tomar decisões.

Art. 160. A avaliação do rendimento do aluno em cada disciplina é feita atribuindo-se uma nota

expressa em grau numérico de 0 (zero) a 10 (dez), com aproximação até a primeira casa decimal.

Art. 161. A média de aproveitamento em cada disciplina é obtida:

- I. Ao aluno que, por motivo justo e comprovado, deixar de comparecer às avaliações de rendimento, na data fixada pelo professor, poderá ser concedido segundo oportunidade se requerida dentro do prazo já previsto no Calendário Acadêmico;
- II. Pode ser concedida revisão de nota quando requerida no prazo de 3 (três) dias após a divulgação da mesma.

Art. 162. Atendido em qualquer caso a frequência mínima é considerada aprovado na unidade curricular, de acordo com os respectivos Sistemas de Avaliação, conforme segue:

- I. Aproveitamento igual ou superior a 7,0 (sete),
- II. O aluno que obtiver aproveitamento inferior a 7,0 (sete), porém não inferior a 4,0 (quatro), e no exame final obtiver aproveitamento superior a 5,0 (cinco);
- III. a média final do inciso II é a média aritmética entre a média de aproveitamento e a nota de exame final.

Art. 163. O aluno será considerado reprovado na disciplina, se;

- I. a média de aproveitamento for inferior a 4,0 (quatro);
- II. a frequência for inferior a 75% da carga horária programada para cada disciplina do período cursado;
- III. A média final apurada, após os Exames Finais, for inferior a 5,0 (cinco).

Art. 164. Para os cursos na modalidade EaD será utilizada a mesma forma de avaliação.

3.2.1.8.4. Avaliação da Atividade Docente

O Sistema de Avaliação da Atividade Docente terá como objetivos:

- Promover melhorias contínuas na atividade de ensino-aprendizagem;
- Criar indicadores para as atividades acadêmicas para nosso monitoramento, de maneira a

permitir o gerenciamento das atividades pelo coordenador do curso;

- Abrir um diálogo entre o professor, o coordenador do curso e a direção da Instituição, sobre os problemas da atividade de ensino-aprendizagem.

O Sistema de Avaliação da Atividade Docente será composto pelos instrumentos, a saber:

- Avaliação do docente pelo aluno;
- Avaliação do desempenho docente participativa entre o coordenador de área e docente;
- Reunião de representantes de classe;
- Ouvidoria.

O sistema de avaliação da Atividade Docente contemplará as seguintes características desejáveis:

- Autodesenvolvimento;
- Criação de conhecimento;
- Dedicção à profissão docente;
- Eficácia;
- Melhoria permanente dos cursos;
- Trabalho em equipe.

Os procedimentos para a avaliação serão os seguintes:

- A avaliação semestral;
- Cada aluno avalia cada um dos seus professores no semestre;
- A planilha de avaliação será preenchida via Internet;
 - Os dados serão tabulados e distribuídos para o Diretor Acadêmico e para os Coordenadores que dará um *feedback* individual para seus professores.

3.2.1.9. Inovações Pedagógicas Significativas

a) Flexibilidade dos Componentes Curriculares

A flexibilização compreende modificações no currículo em consonância com o plano pedagógico de maneira à ressignificar a prática docente e proporcionar ao educando melhores condições para sua formação e inserção no mercado de trabalho.

A flexibilização do currículo se caracterizará tanto pela verticalidade, quanto pela horizontalidade. A horizontalidade prevê a possibilidade de organização do saber ao longo do semestre e, a verticalidade, possibilita ao educando o aproveitamento de várias atividades acadêmicas para fins de integralização curricular durante os anos.

Nos projetos pedagógicos dos cursos, a flexibilização curricular deverá prever critérios que deverão permear as áreas curriculares de conhecimento e estas deverão estar organizadas em atividades e projetos que promovam associação de novas experiências com aquelas estabelecidas na integralização mínima prevista na matriz curricular.

Esta organização curricular, que busca maior liberdade e flexibilidade nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, volta-se para a permeabilidade dos processos, na perspectiva de uma formação em consonância com os desafios do mundo contemporâneo.

A flexibilização curricular não objetiva o engessamento das possibilidades de aprendizagem dos alunos, permitindo que os mesmos, de acordo com seus conhecimentos prévios, possam aproveitá-los e/ou validá-los. Desta forma, a construção da matriz curricular não deverá estar carregada, em sua maioria, de pré-requisitos, para que possa ser proporcionada uma boa mobilidade na opção de cursar as disciplinas.

A flexibilização curricular se evidencia na construção de uma concepção e de uma estrutura curricular que exigem a incorporação de outras formas de aprendizagem e de formação. Assim sendo, a Faculdade Sapiens manterá um processo constante de avaliação, atualização e inovação dos projetos pedagógicos dos seus cursos de graduação. Portanto, a flexibilização curricular se concretiza em cada projeto pedagógico, conforme as especificidades da área de formação e do perfil profissional gráfico

b) Oportunidades diferenciadas de integralização dos Cursos

Além das atividades obrigatórias para a integralização da matriz curricular dos cursos, a IES oportunizará a seus alunos a participação em atividades por meio de projetos desenvolvidos, institucionais ou em parcerias com entidades públicas, privadas ou sem fins lucrativos. Estas atividades compreenderão uma dimensão quantitativa e qualitativa visando à melhoria da formação e atualização profissional do aluno nas diferentes áreas do conhecimento. Esta perspectiva de currículo favorecerá a iniciativa e a participação do aluno no seu processo de formação, tornando-o corresponsável pelo contexto de ensino-aprendizagem.

De outra forma, a abreviatura da integralização do curso, observada a legislação pertinente, poderá ser oportunizada aos alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado meio de provas e outros instrumentos de avaliação específica, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração de seus cursos, desde que obedecidas as normas aprovadas que deverão ser estabelecidas pelo Conselho Acadêmico.

c) Aproveitamento de estudos e competências desenvolvidas no trabalho e outros meios

A IES instituirá a avaliação de competências para fins de aproveitamento de estudos, como forma de reconhecer competências desenvolvidas formal ou informalmente, possibilitando que o aluno apto fique isento de cursar determinado componente curricular.

A avaliação de competências proporcionará ao aluno que requerer a possibilidade de ajudar seu percurso formativo, tendo em vista sua qualificação para o trabalho.

A avaliação de competências deverá ser instituída por meio de normatização própria e conforme Regulamento Interno da Instituição.

d) Desenvolvimento de tecnologias

A utilização das novas tecnologias de informação e comunicação deverão ser utilizadas na IES como ferramenta para melhorar a prática pedagógica aplicada à educação, a tecnologia pode ser vista como ferramenta de novos recursos explorados tanto pelo aluno quanto pelo professor, possibilidades de pesquisa na internet com programas, jogos, imagens e vídeos disponíveis on-line ou Ambientes Virtuais e suas plataformas digitais voltadas à educação.

De outra forma, os recursos de tecnologia de informação e comunicação serão utilizados de forma integrada com um objetivo comum de integrar a gestão administrativa à gestão pedagógica e de comunicação. Para tanto adotaremos um sistema que será possível acessar via web:

- Rede wifi;
- Equipamentos multimídias (notebooks, data show, som);
- Consulta do acervo bibliográfico on-line;
- Sistema de lançamento no portal de notas, frequências;
- Disponibilidade ao corpo discente de rede wifi;
- Portal do aluno - o aluno terá acesso por meio de senha, ao portal da IES visualizando sua situação acadêmica financeira e acervo bibliográfico online, matrícula e rematrícula e impressão de boleto on-line;
- Canal de comunicação com os alunos- Redes sociais site da IES, email, telefones, quadro de aviso.

3.2.2. Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para a Iniciação Científica

As ações acadêmico-administrativas para a iniciação científica serão de interesse extracurricular, oferecida aos alunos de todos os cursos de graduação da IES que estejam matriculados à partir do 2º semestre dos cursos. Durante um período de 6 (seis) meses podendo ser prorrogado uma vez por igual período, o estudante deverá desenvolver, com o auxílio de um professor orientador, uma pesquisa de cunho acadêmico-científica. Ao final deste período, um relatório final de investigação deverá ser apresentado, disponibilizado para consulta na biblioteca da IES.

Ao longo de seu processo investigativo, o estudante contará com uma bolsa de auxílio e com apoio

institucional na realização da pesquisa e posterior divulgação dos seus resultados.

As ações para iniciação científica deverão ser normatizadas por meio de regulamento próprio oriundo do Núcleo de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão – NUPPEX.

3.2.3. Políticas Institucionais e Ações de Estímulo relacionadas à Difusão das Produções Acadêmicas

Entende-se por estímulo à difusão das produções acadêmicas, ampliar a produção intelectual e elevar a sua qualidade em consonância com os padrões de excelência vigentes no país, tão como incentivar o processo de produção do conhecimento em todas as suas manifestações, abrangendo a pesquisa básica ou aplicada. A IES se propõe a consolidar tal processo por meio de delineamentos estratégicos, dentre eles o incentivo a publicação na Revista Institucional da Faculdade Sapiens, esta já concretizada na Revista Sustentabilidade Organizacional, com caráter multidisciplinar, que pode ser acessada pelo endereço eletrônico: www.portovelho.br/revista, com o número de ISSN 2316-8900. Esta possui por objetivo viabilizar o espaço para a divulgação da produção científica, colaborando deste modo com o avanço da ciência. A Revista Sustentabilidade Organizacional, em versão exclusivamente eletrônica, publica trabalhos científicos de docentes e pesquisadores com relevância acadêmica e originais que possam contribuir de forma relevante para a ciência e sociedade em geral.

Para formalizar a solicitação para publicação o docente e/ou pesquisador deverá inscrever-se no endereço eletrônico da revista, onde consta formulário para submissão de trabalhos acadêmicos tais como: artigos, resenhas e monografias.

3.2.4. Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para a Extensão

A IES tem por intuito incentivar e propiciar ao discente a possibilidade de vivenciar o ensino superior de modo que ele tenha ampliação dos atributos cognitivos, culturais e pedagógicos conduzindo a uma experiência acadêmica ampla e plena. Para estreitar o relacionamento direto e recíproco com a comunidade local e regional serão desenvolvidos projetos de extensão, mediante a oferta de cursos e serviços especiais, visando a extensão aberta à participação da população.

Entende-se por atividade de extensão a atividade específica que tem por excelência englobar toda

comunidade discente/docente e sociedade em geral, com o intuito de ensino/aprendizagem estabelecida dentro do princípio de vinculação exclusiva às necessidades de formação acadêmica do aluno de graduação, inserida no planejamento das atividades da IES.

Sendo assim, as políticas institucionais que norteiam as atividades de extensão promoverão:

- Oferecimento de programas de atualização, aperfeiçoamento e treinamento de interesse social e outros que atendam a demanda do mercado;
- Implantação de núcleos transdisciplinares e extensão;
- Implantação de banco de informações para planejamento, acompanhamento e ações que permitam o desenvolvimento de projetos e programas;
- Desenvolvimento de atividades culturais e esportivas;
- Promoção de eventos que coloquem a serviço da comunidade interna e externa, os acervos culturais, científicos e tecnológicos existentes e produzidos nas diferentes áreas;
- Incentivo no desenvolvimento, implantação e participação em projetos e programas voltados para a conservação e preservação do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- Desenvolvimento de parcerias, convênios associados e intercâmbios com empresas e outras entidades organizacionais públicas e privadas para o desenvolvimento de programas de interesse mútuo e que também possam contribuir para a extensão da Faculdade;
- Promover a inclusão social da comunidade interna e externa, implantando projetos que possibilitem o acesso e a permanência das minorias;
- Promover a avaliação contínua do impacto social, urbano, econômico, tecnológico, e do ensino das ações de extensão e de responsabilidade social;
- Desenvolver mecanismos para a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados às comunidades internas e externas.

As atividades de extensão serão viabilizadas por meio da atuação do NUPPEX, órgão responsável na IES para, dentre outras funções, gerir e avaliar projetos que envolvam ações pertinentes à pesquisa, pós-graduação e extensão.

3.2.5. Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para a Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual

A Faculdade, com base no livre pensamento científico, fomentará o desenvolvimento da inovação tecnológica com base na valorização da propriedade intelectual buscando identificar oportunidades e criar respostas às demandas da sociedade.

Assim, para a IES a inovação traduz-se na introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços, por outro lado, outro conceito fundamental é o de propriedade intelectual que significa, dentro de uma conceituação ampla, propriedade legal, uma forma de posse.

Nesse sentido, as políticas institucionais que orientarão as atividades no que concerne à inovação tecnológica e propriedade intelectual serão baseadas nas seguintes ações:

- Promoção à proteção das criações intelectuais e tecnológicas na instituição e em organizações parceiras.
- Estímulo e potencialização à criação intelectual por meio de projetos ou atividades financiadas ou realizadas em conjunto com outras instituições, entidades de apoio ou empresas, nacionais ou estrangeiras.
- Estimulo e valorização de forma contínua e permanente a atividade criativa demonstrada pela produção científica, tecnológica e artística de seu corpo docente, discente e técnico-administrativo.
- Fomento à sustentabilidade institucional das ações de inovação, das interfaces econômica, social, cultural e ambiental;
- Promoção da defesa da propriedade intelectual de modo a garantir que sua utilização promova benefícios em termos de desenvolvimento e de geração do conhecimento, processos, produtos e serviços tecnológicos em todas as áreas do conhecimento; de divulgação e crédito das atividades científicas e tecnológicas; e de justa recompensa financeira aos criadores.

3.2.6. Estímulos Acadêmicos

3.2.6.1. Promoção da Formação Continuada

O objetivo do Programa de Incentivo a Formação Continuada é o de incentivar os discentes para a formação continuada durante a graduação e vida profissional, desenvolvendo conhecimento científico baseados na ética e no pensamento crítico e reflexivo. Tal programa buscará minimizar as dificuldades que os alunos têm para participar de eventos que propiciem essa qualificação pelos mais diversos motivos, desde financeiro, espaço, tempo e outros. Assim, podemos investir nas potencialidades e disponibilidades dos discentes, por meio de estímulo ao aperfeiçoamento, na vida acadêmica e profissional. Alguns dos objetivos a serem alcançados com a introdução deste programa são:

- Complementar a formação profissional e cultural do aluno pela realização de atividades extracurriculares;
- Contribuir para que a formação do futuro egresso seja generalista, humanista, crítica e reflexiva;
- Despertar o interesse dos alunos para temas sociais, ambientais e culturais;
- Estimular a capacidade analítica do aluno no estudo e na avaliação de situações novas;
- Auxiliar o aluno na identificação e resolução de problemas, com uma visão ética e humanista;
- Incentivar os alunos a ampliar seus conhecimentos, tendo em vista a sua área de interesse, em outros cursos de graduação da IES;
- Incentivar o aluno na participação de projetos e ações sociais;
- Incentivar o aluno no desenvolvimento da língua – inglesa, para que ele tenha um diferencial competitivo no mercado.

3.2.6.2. Mobilidade Discente e Docente

O incentivo a mobilidade discente e docente é proporcionado pelo Programa de Formação Continuada, onde os alunos podem ampliar seus conhecimentos, tendo em vista a sua área de interesse, em outros cursos de graduação da IES.

O incentivo à mobilidade docente será proporcionado pelos programas de pós-graduação de outra Instituição da Mantenedora, na qual o professor terá a possibilidade de lecionar na IES associada.

3.2.6.3. Promoção de Estímulos por meio de Bolsas Acadêmicas

Com um papel de inclusão sócio educacional a IES incentivará a continuidade dos estudos no ensino superior aos egressos do ensino médio, por meio de critérios estabelecidos pela entidade mantenedora com o objetivo de estimular o ingresso dos cidadãos oriundos do ensino médio ao ensino superior.

O estímulo de bolsas acadêmicas propiciará aos discentes inscritos em seus cursos, ferramentas e condições para o aprofundamento técnico-científico voltado para o ensino e para a iniciação científica.

As bolsas serão nos seguintes níveis:

- **BOLSAS INSTITUCIONAIS**
 - I - Bolsa por Convênios;
 - II - Bolsa Institucional/Sapiens;
 - III - Bolsa Concessão de Desconto Mensalidade;
 - IV - Bolsa Benefício Funcionário;
 - V - Bolsa Monitoria;
 - VI - Bolsa Iniciação Científica.

- **BOLSAS DO GOVERNO**

Aderir aos programas de bolsas em parceria com o governo. A saber:

I - **PROUNI** (Federal): O Programa Universidade para Todos foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de

educação superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos.

II - Fies (Federal): O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar prioritariamente estudantes de cursos de graduação. Para candidatar-se ao Fies os estudantes devem estar regularmente matriculados em instituições de ensino não gratuitas cadastradas no programa, em cursos com avaliação positiva no SINAES. O Fies é operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

III - Proni (Municipal): Programa de Inclusão Social Universidade para Todos – FACULDADE DA PREFEITURA, instituído pela Prefeitura Municipal de Porto Velho - PMPV, oferecendo bolsas integrais àqueles que atenderem às normas instituídas pela Lei Municipal nº 1.887, de 08 de junho de 2010.

3.2.7. Políticas de Gestão

Considerando a missão, a filosofia e os valores institucionalmente estabelecidos, buscando assegurar o cumprimento dos princípios fundamentais e ocupar adequada e racionalmente as estruturas de funcionamento, para a consolidação da Instituição de Ensino como um centro de excelência em suas áreas de atuação, fixam-se os seguintes objetivos prioritários:

I - Estabelecer políticas de recursos humanos por meio da realização de programas de capacitação e de qualificação do pessoal, como forma de:

- Garantir a qualidade do processo ensino-aprendizagem e dos serviços prestados;
- Promover a capacitação do corpo docente;
- Promover a atualização do corpo docente;
- Promover melhorias na atividade didática dos cursos;
- Aumentar a eficiência do trabalho dos professores, por meio da compatibilização entre objetivos, estratégias de ensino-aprendizagem e formas de avaliação.

II – Instituir Programas de Incentivo a Formação Continuada como forma de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino dos cursos em atividade na Instituição, por meio do treinamento e

desenvolvimento dos professores em técnicas pedagógicas, da atualização e aprofundamento dos conhecimentos nas áreas fins e pela promoção de debates e discussões sobre as questões fundamentais da educação, pois acreditamos que:

- a competência e a motivação do professor são e continuarão a ser as condições fundamentais para o ensino de qualidade, qualquer que seja a disciplina, método adotado e qualificação do aluno com o qual se trabalha;
- o desenvolvimento do professor enquanto profissional e cidadão é a forma por excelência de alcançarmos melhores resultados no processo de ensino, seja na qualificação profissional, seja na postura ética dos egressos da IES;
- se tratamos os professores de forma democrática, respeitosa e competente quando ele é objeto do ensino, isto se reflete de forma sensível e rápida na maneira como ele atua na sala de aula.
-

O Programa de Incentivo a Formação Continuada da IES terá por objetivo a capacitação docente, visando melhorias das suas atividades de ensino, assim como apoiará os esforços para o aprimoramento da qualificação docente.

O programa de Capacitação Docente terá caráter permanente, com recursos próprios, com vista à melhora da qualidade da titulação docente para a conseqüente melhora de suas atividades-fim.

O referido programa contará com vários tipos de auxílio aos docentes para incentivo à realização de cursos de Pós-Graduação em nível de especialização, mestrado, e doutorado por meio de um auxílio financeiro para atender as peculiaridades requisitadas pelos docentes.

O Programa dispõe sobre as diversas modalidades de auxílio a ser concedido. A liberação de recursos deverá obedecer ao plano econômico financeiro da mantenedora.

Tendo em vista a melhora das atividades-fim a Instituição adotará sistema de acompanhamento do programa de capacitação docente.

4. A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

4.1. Comunicação Interna

A comunicação da IES com a comunidade interna será feita por meio de:

- I. Site Institucional;
- II. email institucional;
- III. Murais de comunicação Interna;
- IV. Impressos;
- V. Ouvidoria;
- VI. Reuniões.

4.1.1. Ouvidoria

A Ouvidoria da IES deverá ser um canal de comunicação entre os alunos, professores, funcionários, e a comunidade em geral. A ouvidoria terá infraestrutura física e virtual onde os interessados poderão manifestar democraticamente sua opinião sobre os serviços prestados pela Instituição. Por meio da ouvidoria a comunidade interna poderá fazer suas reclamações, denúncias, comentários, dúvidas, elogiar os aspectos positivos e sugerir alternativas que possam melhorar o funcionamento da Instituição. A Ouvidoria deverá ter regulamentação interna própria.

4.2. A Comunicação Externa

O acesso da comunidade externa às informações acerca:

DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES RECENTES:

As avaliações recentes deverão ser divulgadas para a comunidade acadêmica via murais, site, email e para a comunicação externa via mídia eletrônica e site.

DA EXTENSÃO E INICIAÇÃO CIENTIFICA

A Diretoria Acadêmica será responsável pelo gerenciamento das atividades de extensão de iniciação científica e de sua divulgação que será por meio de site institucional e mural de comunicação interna, assim como por meio de mídia eletrônica.

DA DIVULGAÇÃO DOS CURSOS

A divulgação dos cursos se dará por meio da comunicação de massa e comunicação dirigida.

- Comunicação de massa: Serão utilizados meios de comunicação de massa, a saber: rádio, televisão, outdoor, sites e mídias sociais em suas campanhas institucionais e de vestibular para atingir o maior número de pessoas de forma a fortalecer a marca da Faculdade.
- Comunicação dirigida: com escolas de ensino médio, para divulgar seus cursos e diferenciais, por meio de palestras de interesse dos colégios que serão realizadas pelos professores da Faculdade.
- Convite de alunos de Ensino Médio para conhecerem a Instituição e seus cursos, onde os alunos serão recebidos na Faculdade para uma palestra sobre carreiras e, em seguida serão divididos em grupos, por área de interesse, para participarem de uma atividade prática ligada à carreira que gostariam de seguir. Essa atividade será realizada por professores ou por alunos estagiários.

5. ATENDIMENTO DISCENTE

5.1. Apoio Psicopedagógico

O Programa de Apoio ao Discente da Faculdade, vinculado ao Núcleo de Atendimento Psicopedagógico- NAP possui como objetivo macro oferecer, ao acadêmico com dificuldades em acompanhar determinados componentes curriculares, as condições adequadas para a superação de suas necessidades cognitivas por meio do apoio Psicopedagógico.

Possui por atribuição suprir as necessidades inclusivas dos ingressos que sejam portadores de

necessidades especiais, tal quais os discentes que apresentarem qualquer deficiência que atrapalhe o seu desempenho/aprendizagem, bem como dúvidas sobre a escolha vocacional, e outros problemas (drogas, moradia, família etc.), a Instituição deverá colocar à disposição dos alunos, técnicos capacitados para atendê-los.

5.2. Programa de Acolhimento ao Ingressante

O Programa de Apoio ao Ingressante da IES tem por objetivos:

- a) Integrar os acadêmicos recém-chegados ao ambiente acadêmico e apresentar a estrutura do Curso, a forma de funcionamento, bem como a Instituição e seus Programas de Apoio ao Estudante por meio da Direção Acadêmica das e das Coordenações de Curso.
- b) Primar por uma convivência cordial entre os acadêmicos ingressantes, servidores docentes e técnicos administrativos. As estratégias contemplarão atividades coletivas e nos cursos mediante a organização de momentos que congreguem ações de cunho social e formal bem como momentos de confraternização entre a comunidade acadêmica.
- c) As Coordenações dos Cursos serão responsáveis para dirimir quaisquer dúvidas dos ingressos e egressos da Faculdade.

5.3. Programa de Nivelamento

O Programa de Nivelamento da IES deverá estar vinculado ao Núcleo de Atendimento Psicopedagógico- NAP, com a diretriz de subsidiar qualquer necessidade de aprendizado do discente que pertence a sua comunidade acadêmica.

As aulas do Programa de Nivelamento deverão ser ofertas sem qualquer custo para o acadêmico.

Serão indicados a participar das aulas do Programa de Nivelamento os acadêmicos do 1º período, aplicado no início do semestre podendo se estender ao final do semestre.

A matrícula no Programa de Nivelamento é facultativa e será efetivada mediante formulário de inscrição, na Central de Atendimento.

O Programa de Nivelamento deverá ter regulamentação interna própria.

5.4. Programa de Monitoria

O Programa de Monitoria da IES destina-se aos discentes regulares, devidamente matriculados. Este programa visa despertar nos acadêmicos o interesse pela docência, por meio de atividades voltadas para o ensino/aprendizagem.

Por meio do Programa de Monitoria é possível desenvolver habilidades e competências que ajudem a aprimorar o crescimento e desenvolvimento didático e profissional dos discentes. Entende-se por monitoria uma atividade específica de ensino/aprendizagem estabelecida dentro do princípio de vinculação exclusiva às necessidades de formação acadêmica do aluno de graduação e inserida no planejamento das atividades de ensino, iniciação científica e extensão dos cursos de graduação.

A escolha do monitor se dará por meio de análise curricular aos discentes devidamente matriculados, com nota igual ou superior a 7 (sete), sem reprovação, que estejam sempre, pelo menos, 1 (um) semestre a frente da disciplina ofertada para monitoria, assim como, tenham vivência acadêmica ilibada.

A monitoria será efetuada de duas maneiras: a voluntária e a com bolsa parcial do curso que o discente esteja matriculado.

Ao tornar-se monitor, o aluno passa a contribuir com a atuação do professor, de modo a aprimorar seu aprendizado, desenvolver sua potencialidade docente, auxiliando os colegas no cotidiano do componente curricular que monitora.

5.5. Programa de Acessibilidade

O Programa de Acessibilidade da IES garante prioridade de atendimento às pessoas especificadas na Lei nº 10.098/2000, estipulando regras gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, estipulando também providências específicas, conforme Decreto nº 5.296/2004 que as regulamenta.

Diante dessas normas gerais, constata-se que a Instituição de Ensino inclusiva é aquela que

acomoda todos os alunos com a mesma segurança ao acesso independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

Nota-se que para isso a IES, além de desenvolver uma pedagogia capaz de realizar a inclusão para que o discente possa concluir sua graduação, instituirá o NAP, que buscará incluir holisticamente os mais variados perfis de discentes, tais como: os alunos que apresentarem necessidades educacionais especiais, aqueles que apresentarem dificuldades temporárias ou permanentes, aqueles que não estejam conseguindo médias necessárias para a aprovação em disciplinas, os que necessitam trabalhar, os que vivem em extrema pobreza, os que apresentam altas habilidades/superdotação, visto que a inclusão não se aplica apenas aos alunos que apresentam alguma deficiência ou mobilidade reduzida.

De forma direta, a política de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, não se orienta apenas pela permanência física desses discentes, mas também acende o propósito de rever modelos pré-concebidos, valorizando as diferenças desses estudantes e criando espaços e métodos de atuação inclusivos. A inclusão, na prerrogativa de um ensino de qualidade para todos, concebe novas posturas que se orientam por atualizações e reestruturações constantes, para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas à diversidade dos discentes.

Diante disso, nota-se que elaborar uma proposta inclusiva requer esforços de vários segmentos em várias direções. Sendo assim, a política para a Educação Inclusiva da IES estará organizada e alicerçada nas diretrizes que seguem:

- a) Promover práticas mais cooperativas nas atividades desenvolvidas em sala de aula e nos mais diversos espaços, com o intuito de que todos recebam condições e apoio necessário para participarem de forma igual e plena;
- b) Proporcionar infraestrutura adequada para que todos tenham a possibilidade de participar ativamente das atividades propostas, incluindo também aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais que incluem pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, quando estas deficiências forem apresentadas.

É uma prioridade da IES garantir pleno acesso e participação no processo de ensino/aprendizagem das pessoas com deficiência por meio da disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos

acessíveis e de serviços de tradutores e intérpretes de Libras, mediante demanda desses recursos e serviços pelos estudantes com deficiência e conforme normas Institucionais próprias a serem estabelecidas, por meio do regulamento interno próprio.

5.6. Programa de Mobilidade Acadêmica

O Programa de Mobilidade Acadêmica da IES manterá acordos de cooperação mútua com outras IES e/ou Organizações com o intuito de incentivar e propiciar à sua comunidade acadêmica a possibilidade de vivenciar e ampliar seus conhecimentos culturais, psicossociais conduzindo a uma experiência acadêmica ampla e plena para capacitação profissional.

Serão aptos a participarem do Programa de Mobilidade Acadêmica da IES todos os acadêmicos que estejam em dia com a Instituição e que obedecem as regras normativas estabelecidas no regulamento interno próprio.

5.7. Programa de Apoio à Realização de Eventos e à Produção Discente

O Programa de Apoio à Realização de Eventos Internos, Externos e à Produção Discente, da IES tem por intuito incentivar e propiciar ao discente a possibilidade de vivenciar o ensino superior de modo que ele tenha ampliação dos atributos cognitivos, culturais e pedagógicos conduzindo a uma experiência acadêmica ampla e plena. Tem por objetivos:

- a) Incentivar participação em eventos científicos internos ou externos visando o crescimento/fortalecimento do conhecimento científico, cultural e pedagógico do discente;
- b) Estimular atividades científicas, culturais e pedagógicas, estas com fins educativo-cultural e formativa, dessa maneira transformando a educação num processo permanente;
- c) Garantir aos discentes o desenvolvimento de competências e habilidades relevantes à formação profissional, balizados continuamente no desenvolvimento socioeconômico, cultural, científico, capacitação profissional e excelência acadêmica.

O apoio às atividades internas e externas poderá assumir as seguintes modalidades de oferta:

- I. Trabalhos de promoção comunitária de iniciativa da Faculdade;
- II. Prestação de serviços a organizações e segmentos comunitários;
- III. Promoção de atividades artísticas e culturais;
- IV. Aplicação de conhecimentos e técnicas de trabalho de acordo com a demanda dos segmentos comunitários;
- V. Difusão da cultura regional e local, sob suas diversas formas de manifestação;
- VI. Cursos, oficinas, palestras e atividades diversas;
- VII. Consolidar o apoio à iniciação científica e ao trabalho acadêmico interdisciplinar com atividades integradoras, aulas e atividades práticas e de laboratório e programa de monitoramento.

5.8. Política e Ações de Acompanhamento dos Egressos

A IES deverá instituir o Programa de Acompanhamento ao Egresso – PAE, que se constituirá num instrumento que possibilitará uma continuada avaliação do curso, por meio do desempenho profissional dos ex-alunos. Trata-se de um importante passo no sentido de incorporar ao processo de ensino/aprendizagem elementos da realidade externa à Faculdade, que apenas o profissional oriundo de seus cursos está apto de oferecer, já que é ele quem experimenta pessoalmente as consequências dos aspectos positivos e negativos vivenciados durante sua graduação.

Objetivos do Programa de Acompanhamento de Egressos:

- I. Avaliar o Curso e por consequência o perfil do egresso que desejamos formar, por meio do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
- II. avaliar a Instituição por meio de suas atividades acadêmicas e de infraestrutura;
- III. Traçar o perfil do estudante recém-formado dos cursos de graduação;
- IV. Obter indicadores do mercado de trabalho e subsidiar informações que possibilitem adequação dos currículos dos cursos respectivos;
- V. Manter registros atualizados de alunos egressos.

O Programa terá regulamento interno próprio.

5.8.1. Atuação dos Egressos

O Programa de Acompanhamento ao Egresso – PAE deverá promover o acompanhamento da atuação profissional e a inserção no mercado de trabalho de seus ex-alunos. Além disso, permitirá a avaliação da eficácia dos serviços educacionais promovidos pela IES, a adequação das matrizes curriculares oferecidas às demandas sociais e econômicas, a identificação do perfil profissional de seus egressos e a análise da inserção e atuação dos ex-alunos no mundo do trabalho.

Assim, o acompanhamento dos egressos, deverá avaliar a atuação do egresso, suas condições de trabalho e de renda, o seu campo de atuação profissional no mercado de trabalho, a avaliação de que ele faz da Instituição e do seu curso agora como egresso e as suas expectativas quanto à formação continuada.

6. POLÍTICAS DE GESTÃO

6.1. Política de Formação e Capacitação Docente

A IES instituirá o Programa de Incentivo a Formação Continuada, que terá por objetivo capacitar os docentes visando à melhoria das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e apoiando os esforços institucionais de capacitação e aprimoramento da qualificação.

A instituição manterá um programa Institucional de Capacitação Docente, de Caráter permanente, com recursos próprios e outros obtidos nos órgãos de fomento estadual ou federal, com vistas à melhoria da qualidade da titulação do seu docente, para a conseqüente melhoria das suas atividades-fim.

O referido Programa contará com vários tipos de auxílios aos docentes para incentivo à realização de cursos de pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado, por meio de um auxílio financeiro necessário para atender às peculiaridades requisitadas pelos docentes.

O programa disporá sobre as diversas modalidades de auxílio a ser concedido, como: participação

em eventos científicos/técnicos/culturais. A liberação de recursos deverá obedecer ao plano econômico financeiro da mantenedora.

A IES promoverá ações de divulgação do referido Programa por meio de: reuniões, emails e murais.

Com vistas à melhoria da qualidade das suas atividades-fim, a instituição adotará sistemas de acompanhamento do programa de capacitação e de avaliação de desempenho dos seus docentes.

6.2. Política de Formação e Capacitação do Corpo Técnico-Administrativo

A IES instituirá o Programa de Capacitação do Corpo Técnico-Administrativo que terá por objetivo a melhoria do desempenho das atividades inerente ao cargo e o desenvolvimento profissional e pessoal. O referido programa será construído tendo como base o levantamento das necessidades de capacitação realizada pelos Recursos Humanos da Faculdade.

O programa visará:

- a. Contribuir para que o corpo técnico adquira conhecimento para o seu desenvolvimento, profissional e pessoal;
- b. Proporcionar meios para que o corpo técnico se desenvolva integralmente;
- c. Capacitar o corpo técnico para o exercício das suas atividades de forma articulada com a missão, visão e valores da instituição;
- d. Identificar necessidades de capacitação e demandas específicas de desenvolvimento do corpo técnico.

As ações de capacitação serão definidas pelos Recursos Humanos da Faculdade e serão amplamente divulgadas para o corpo técnico-Administrativo por meio de comunicações via e-mail e reuniões.

O programa incentivará o crescimento intelectual dos funcionários, concedendo bolsa benefício funcionário nos cursos de graduação e pós-graduação ofertados pela Instituição e, quando houver necessidade, em outras organizações, bem como bolsas nos serviços educacionais oferecidos pelo

6.3. Gestão Institucional

A Gestão da IES prevista prevê cargos condizentes com a prática administrativa e acadêmica, conforme consta do Regimento interno da Instituição, em seu Título II – Da Estrutura Organizacional,

TÍTULO II - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA IES

Art. 8º A IES, para efeitos de sua administração, compreende Órgãos Deliberativos e Normativos, Avaliativos e Propositivos, Executivos e de Apoio que integram a sua estrutura organizacional:

- I. Órgãos Deliberativos e Normativos:
 - a. Conselho Superior - CONSUP;
 - b. Conselho Acadêmico;
 - c. Colegiado de Curso.

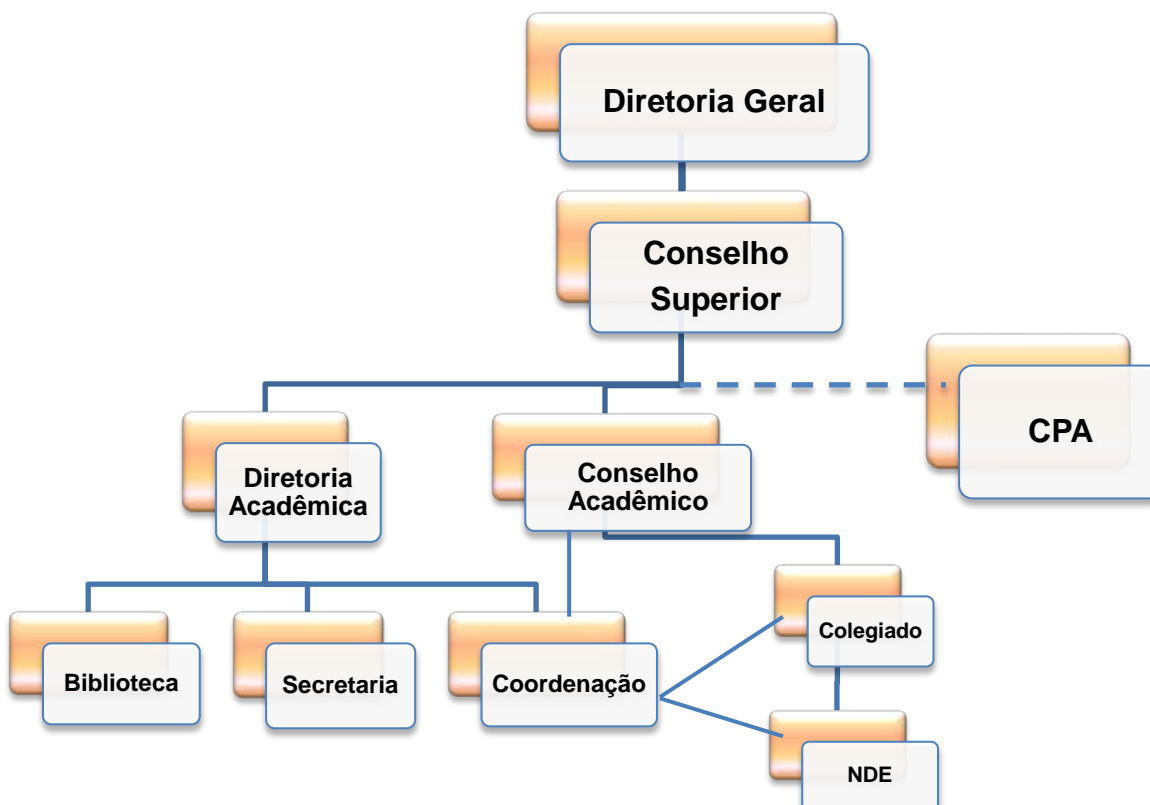
- II. Órgãos Avaliativos e Propositivos:
 - a. Comissão Própria de Avaliação – CPA;
 - b. Núcleo Docente Estruturante – NDE.

- III. Órgãos Executivos:
 - a. Diretoria Geral;
 - b. Diretoria Administrativa e Financeira;
 - c. Diretoria Acadêmica;
 - d. Coordenação de Curso.

- IV. Órgãos Suplementares e de apoio e suporte às atividades acadêmico-pedagógicas, administrativas e financeiras na Faculdade:
 - a. Coordenação de Registro e Controle Acadêmico - CRCA;

- b. Núcleo de Atendimento Psicopedagógico– NAP;
- c. Núcleo de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão - NUPPEX;
- d. Núcleo de Ensino a Distância – NEaD;
- e. Biblioteca;
- f. Ouvidoria.

6.4. Organograma



6.5. Sistema de Registro Acadêmico

O Sistema de registro acadêmico será realizado pela Coordenação de Registro e Controle Acadêmico – CRCA, que é o órgão responsável por todas as informações e também pela execução de todas as atividades relacionadas ao registro e controle da vida acadêmica dos alunos. Em função disso, o CRCA deverá primar pela organização e transparência dos dados registrados, controlando efetivamente todo o processo de execução das atividades.

DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – PREVISTAS NO SETOR:

- I. responsabilizar-se por todos os serviços relativos ao registro, controle e arquivo da documentação acadêmica dos discentes, inclusive expedição de diplomas;
- II. controlar e supervisionar o sistema de dados acadêmicos, objeto de processamento;
- III. assessorar a Diretoria Acadêmica e as Coordenações dos Cursos nos assuntos de sua competência;
- IV. manter atualizado, em ordem alfabética, por curso e período os arquivos das pastas dos discentes, com todos os seus dados cadastrais;
- V. analisar os pedidos de declaração de vaga e expedi-la, quando for o caso, para efeito de transferência de estudantes de outras IES;
- VI. promover o controle das transferências de estudantes para outra IES;
- VII. participar da elaboração do Calendário Acadêmico;
- VIII. participar da elaboração do Guia Acadêmico;
- IX. providenciar correções de lançamentos, quando autorizado pelos professores;
- X. manter atualizado o quadro dos discentes, identificando os alunos regularmente matriculados, os alunos com matrícula trancada, os alunos formados, os alunos em dependência, os alunos com matrícula cancelada, e os alunos desistentes ou evadidos;
- XI. fazer o controle interno do histórico acadêmico do aluno em relação ao cumprimento do currículo do curso ao qual pertence;
- XII. promover a supervisão da frequência dos alunos, de acordo com os dados registrados pelos docentes no sistema;
- XIII. registrar os aproveitamentos de estudos;
- XIV. expedir certidões, declarações, atestados e históricos;
- XV. formalizar processos para registro de Diplomas, tomando as providências cabíveis;
- XVI. manter o registro de todos os diplomas expedidos;
- XVII. organizar e controlar os processos que tramitam na CRCA;
- XVIII. responsabilizar-se por toda escrituração acadêmica.

6.6. Sustentabilidade Financeira

A mantenedora Einstein Instituição de Ensino Ltda. visando promover segurança e equilíbrio econômico-financeiro de sustentação da sua mantida Faculdade Sapiens, principalmente no que tange às atividades e investimentos de consolidação do ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa, seguirá o princípio da responsabilidade gerencial dos seus custos, buscando praticar uma política inclusiva de ensino superior em termos de mensalidades, ou seja, praticando valores compatíveis com o mercado, de forma a ampliar a sua faixa de captação de alunos permitindo, assim, acesso ao ensino superior de qualidade para o maior número possível de estudantes.

Para garantir a sustentabilidade das operações, o orçamento da Mantenedora terá como diretrizes básicas controle criterioso dos gastos com folha de pagamento, de absorção de despesas operacionais além de previsão de investimentos com pesquisa, extensão e treinamentos. Nesse contexto, o planejamento econômico-financeiro leva em consideração todas as principais despesas e receitas para o funcionamento da Instituição, englobando o período de vigência do PDI ora apresentado, ou seja, 2014 – 2018.

6.7. Planejamento Econômico-Financeiro para o Desenvolvimento da Instituição de Ensino para o período do PDI (2014 a 2018)

	2014	2015	2016	2017	2018
RECEITAS	-	R\$ 2.162.160,00	R\$ 4.632.379,20	R\$ 6.907.291,20	R\$ 8.945.640,00
Bolsas	-	R\$ -240.240,00	R\$ -514.708,80	R\$ -767.476,80	R\$ -993.960,00
Inadimplência	-	R\$ -129.729,60	R\$ -277.942,75	R\$ -414.437,47	R\$ -536.738,40
Serviços	-	R\$ 3.850,00	R\$ 3.925,00	R\$ 4.975,00	R\$ 5.224,00
Taxas	-	R\$ 1.540,00	R\$ 3.140,00	R\$ 3.980,00	R\$ 4.179,00
Total		R\$ 1.797.580,40	R\$ 3.846.792,65	R\$ 5.734.331,93	R\$ 7.424.344,60
DESPESAS					
Acervo bibliográfico	-	R\$ -107.854,82	R\$ -230.807,56	R\$ -344.059,92	R\$ -445.460,68
Despesas Administrativa	-	R\$ -125.830,63	R\$ -269.275,49	R\$ -401.403,24	R\$ -519.704,12
Encargos	-	R\$ -323.564,47	R\$ -692.422,68	R\$ -1.032.179,75	R\$ -1.336.382,03
Equipamentos	-	R\$ -62.915,31	R\$ -134.637,74	R\$ -200.701,62	R\$ -259.852,06
Investimentos compra de imóveis	-	R\$ -98.866,92	R\$ -211.573,60	R\$ -315.388,26	R\$ -408.338,95
Manutenção	-	R\$ -134.818,53	R\$ -288.509,45	R\$ -430.074,89	R\$ -556.825,85
Mobiliário	-	R\$ -44.939,51	R\$ -96.169,82	R\$ -143.358,30	R\$ -185.608,62
Pgto pessoas administrativo	-	R\$ -251.661,26	R\$ -538.550,97	R\$ -802.806,47	R\$ -1.039.408,24

FACULDADE

SAPIENS

Pgto professores	-	R\$ -359.516,08	R\$ -769.358,53	R\$ -1.146.866,39	R\$ -1.484.868,92
Pesquisa e extensão	-	R\$ -17.975,80	R\$ -38.467,93	R\$ -57.343,32	R\$ -74.243,45
Treinamento	-	R\$ -89.879,02	R\$ -192.339,63	R\$ -286.716,60	R\$ -371.217,23
Total de Despesas	=	R\$ -1.617.822,35	R\$ -3.462.113,40	R\$ -5.160.898,76	R\$ -6.681.910,15

GRUPO
SAPIENS
Evoluindo com a Educação.

RUA PAULO FREIRE, 4767
FLODOALDO PONTES PINTO
PORTO VELHO, RO - (69) 3211-6039

2015

Receitas	Despesas	Total
R\$ 1.797.580,40	R\$ -1.617.822,35	R\$ 179.758,05

2016

Receitas	Despesas	Total
R\$ 3.846.792,65	R\$ -3.462.113,40	R\$ 384.679,25

2017

Receitas	Despesas	Total
R\$ 5.734.331,93	R\$ -5.160.898,76	R\$ 573.433,17

2018

Receitas	Despesas	Total
R\$ 7.424.344,60	R\$ -6.681.910,15	R\$ 742.434,45

6.8. Gestão Acadêmica/Administrativa EaD

A IES, envolvida com o seu processo de reestruturação acadêmica, propõe metas e ações para Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), para o período de 2014 – 2018. É uma ação que tem como objetivo criar cursos superiores modalidade EaD, credenciar a Faculdade na modalidade EaD, assim como, oferecer 20% da carga horária dos cursos existentes na modalidade semipresencial, desenvolvidas em AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Nos tempos em que vivemos de informação e conhecimento, é imprescindível expandir o trabalho educacional, atingindo cada vez mais pessoas. A EaD é, atualmente, uma realidade, visto que, por meio de cursos na modalidade EaD, os estudantes podem qualificar-se, adequando seus estudos a sua rotina profissional. Por outro lado, uma carga horária virtual complementar as aulas presenciais em cursos de graduação é também uma de grande enriquecimento para o acadêmico.

Para isso, a IES contratou o direito de uso do software da *BlackBoard*, utilizado por 72% das

maiores universidades do mundo. A *BlackBoard* oferece várias plataformas que facilitam o processo de comunicação e informação. A *Blackboard Learn* é um ambiente virtual de aprendizagem, onde os professores envolvem os alunos de formas novas e estimulantes, proporcionando um relacionamento mais eficaz, mantendo os alunos informados, envolvidos e colaborando uns com os outros. O *Blackboard Collaborate* cria salas de aula, escritórios e salas de reunião virtuais que abrem mais possibilidades a mais alunos, oferecendo novas abordagens de aprendizado em grupo com o conceito de web conferência.

O AVA é o *locus* de convergência de estratégias e meios de aprendizagem, sendo projetado com interface amigável, intuitiva e de fácil navegação para favorecer a aprendizagem. No AVA os materiais didáticos se articulam numa arquitetura pedagógica previamente planejada. O desenvolvimento das disciplinas conta com atividades para serem realizadas pelo aluno, em cada disciplina, utilizando a ferramenta Fórum no AVA e também a entrega de trabalho ou exercícios.

A plataforma é mantida em sua estrutura original e hospedada em Data Center externo, para manter toda infraestrutura necessária: backup, suporte técnico 24x7, acessibilidade adequada e alta disponibilidade. À equipe de informática do setor de EaD compete o monitoramento, soluções de eventuais problemas e integração dos processos e dados junto aos sistemas alunos.

A plataforma permite acesso identificado por meio de *login* e senha pessoal. Os níveis de acesso e operação dentro do ambiente são determinados pelo setor de TI e Coordenação Acadêmica.

Quanto a Coordenação administrativa e didático-pedagógica dos cursos e atividades de EaD na instituição o órgão responsável será o Núcleo de Educação a Distância – NEaD.

O NEaD terá como finalidade:

- I. colaborar, por meio da divulgação de programas, conhecimentos e tecnologia aplicada à EaD, para a melhoria da qualidade e desenvolvimento das possibilidades de acesso ao ensino superior;
- II. fortalecer uma cultura institucional favorável à incorporação da aprendizagem a distância;
- III. valorizar o papel da EaD na inserção de uma nova cultura educacional, comprometida com a formação do educando em múltiplas linguagens;
- IV. pesquisar, avaliar e implementar ferramentas e metodologias a serem utilizadas na EaD;

- V. qualificar o corpo docente quanto a metodologia utilizada.

Também serão atribuições do NEAD:

- I. propiciar o envolvimento da comunidade acadêmica na modalidade de EAD, mediante a articulação contínua com todos os setores das IES;
- II. assessorar todas as iniciativas e experiências em EAD, no âmbito das IES;
- III. adotar e incentivar a produção do conhecimento em EAD;
- IV. garantir a adequação de novas tecnologias, recursos didáticos e pedagógicos que possam ser utilizados em EaD;
- V. propor normas de organização, gestão e avaliação da EAD no âmbito das IES;
- VI. desenvolver projetos, atividades e programas em EAD, em parcerias com outras instituições públicas e privadas, governamentais e não governamentais;
- VII. cumprir as políticas e diretrizes da EaD estabelecidas pela IES, respeitando as leis e normas dos órgãos superiores;
- VIII. enviar, quando solicitados pela Direção Acadêmica, relatórios de atividades;
- IX. organizar calendário de reuniões, assim como diretrizes para reuniões.

6.8.1. Estrutura Acadêmica e Organizacional

O Núcleo de Educação a Distância - NEaD será composto por:

- I. O Coordenador da Educação a Distância;
- II. Coordenador de Tutoria;
- III. Os coordenadores de cursos.

6.8.2. Coordenação do Curso de EaD

São atribuições do coordenador do curso:

- coordenar a implementação do projeto pedagógico do curso;
- supervisionar o desenvolvimento dos módulos e atividades do curso, observando o cumprimento das ementas, objetivos e bibliografia;
- acompanhar o processo de ensino-aprendizagem, a metodologia adotada e as avaliações propostas para o curso;
- definir bibliografia, videografia, audiografia, tanto básicas quanto complementares;
- realizar a gestão acadêmica do processo de ensino-aprendizagem, em particular motivar, orientar, acompanhar e elaborar avaliação dos estudantes;
- conduzir reuniões do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante;
- coordenar todas as atividades do Colegiado de Curso;
- articular-se com os cursos que oferecem disciplinas ao curso;
- cumprir as decisões do Colegiado de Curso e do NDE;
- Diante de qualquer contingência ou eventualidade, adotar medidas preventivas, garantindo a manutenção de informações e/ou acessos e/ou serviços de acordo com o plano de contingência da IES;
- verificar o cumprimento de exigências necessárias à integralização curricular;
- organizar eventos, semanas de estudos, ciclos de debates e outras atividades de interesse do curso, por sugestão do Colegiado;
- analisar documentos/processos de origem interna e externa;
- reunir-se com tutores;
- coordenar as atividades pedagógicas e administrativas articuladas no projeto pedagógico do curso;
- articular-se com outros cursos de Educação a Distância;
- cumprir as decisões da Coordenação do Núcleo de Educação a Distância;
- supervisionar o cumprimento das atribuições do coordenador do Polo de Apoio Presencial;
- supervisionar o cumprimento das atribuições das atividades de tutoria do curso;
- fomentar e incentivar a produção científica e intelectual dos tutores;
- controlar o arquivo da documentação acadêmica do curso;
- responsabilizar-se pela entrega dos registros dos resultados do curso, seja em via impressa

ou *on-line*;

- instruir processos e dar parecer sobre assuntos de ordem didático-pedagógica, quando solicitado;
- acompanhar a elaboração do material didático do curso;
- exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas pela Coordenação do NEaD e as previstas na legislação vigente para a oferta da Educação a Distância;
- acompanhar e contribuir com as ações de melhorias propostas pela CPA;
- decidir sobre o aproveitamento de créditos obtidos em outras Instituições.

6.9. Sistemas de Comunicação

A Faculdade propõe um ensino de qualidade, seja ele ofertado na modalidade presencial ou a distância efetuado a partir da utilização de metodologias inovadoras, desenvolvendo métodos de educação capazes de utilizar os recursos oferecidos pelas tecnologias existentes de informática e telecomunicações. O docente deixa de ser o transmissor de conhecimentos e passa a ser o mediador, animador, provocador e deflagrador de estudos e aprendizado.

A Faculdade propõe, na EaD, a partir de um aprimoramento constante de seu portal educacional focar-se, prioritariamente, em uma aprendizagem colaborativa, mediada pela tecnologia, reconhecendo que esta conquista é fundamental face à necessidade do estabelecimento de uma nova cultura para a educação.

Para o processo de interação e interatividade, serão utilizados meios diversificados de comunicação e processamento geral de informações: ambiente para educação virtual por meio do AVA e do site da IES, disponibilização de espaços virtuais para esclarecimentos de dúvidas administrativas, técnicas e acadêmicas, além de espaço físico disponível, horários para atendimento personalizado, facilidade de contato por telefone, e-mail, correio, teleconferência, fórum de debate, chats e outros, bibliotecas, laboratórios, computadores, vídeos e outros recursos, postos à disposição na matriz e nos polos. Sempre que necessário, os cursos promoverão momentos presenciais, cuja periodicidade e obrigatoriedade serão determinadas pela natureza do curso oferecido.

6.10. Momentos Presenciais e a Distância

As disciplinas serão desenvolvidas na forma virtual mediadas por tutores de forma presencial ou virtual.

O tutor presencial recebe apoio do Coordenador de EaD e tem o seu planejamento previamente programado e disponibilizado no portal tutoria. Neste ambiente virtual, também é realizada a capacitação do tutor.

No Polo, o corpo discente terá a oportunidade de utilizar o laboratório de informática, em horários previamente estabelecidos para atendimento e esclarecimento de dúvidas pelos tutores a distância, bem como para elaborar trabalhos e estudos, ficando, também, disponibilizada a biblioteca e laboratórios específicos do curso.

O aluno poderá utilizar o acesso virtual à tutoria, para esclarecimento de dúvidas, sendo a sua central localizada na unidade sede. Finalmente, para a supervisão e controle da tutoria a distância.

Todas as informações pertinentes a questões acadêmicas e administrativas serão disponibilizadas no ambiente do aluno.

6.11. Material Didático - EaD

A produção e elaboração dos materiais instrucionais são feitas por uma equipe de profissionais qualificada. Para isso, a IES celebrou com a Sagah Educação S.A., Contrato de Licenciamento de Conteúdo, para produção deste material didático de acordo com os objetivos e perfil dos cursos. Os referidos materiais serão validados por equipe de docentes da Faculdade Sapiens.

A plataforma possibilita a impressão de todo o material disponibilizado virtualmente, com configuração adequada, caso seja da necessidade particular do discente.

Neste sentido não haverá distribuição de material didático, uma vez que todo o material estará na plataforma e disponível para download e para impressão a qualquer momento e em qualquer lugar pelo aluno.

O Polo disponibilizará, na biblioteca física, livros constantes da bibliografia básica e complementar de cada disciplina.

6.11.1. Materiais Pedagógicos EaD

São produzidos livros didáticos e instrucionais. Os materiais são adotados, considerando as especificidades inerentes às disciplinas. Essa diversidade visa à motivação para os estudos independentes.

6.12. Corpo de Tutores

A Faculdade conta com uma equipe de tutores presenciais e virtuais que participam do processo de implementação dos cursos a Distância.

Esses profissionais, além da vasta experiência acadêmica, vêm se aperfeiçoando na metodologia da EaD por meio de palestras, seminários, fóruns e qualificação permanentes que são oferecidos pela Faculdade.

6.12.1. Docentes Conteudistas

O conteudista é um profissional participante do quadro docente Faculdade ou professor convidado. Sua principal função é elaborar os conteúdos e materiais didáticos, em formato gráfico e/ou digital para programas a distância.

6.12.2. Atribuições do Tutor a Distância

- conhecer o projeto didático-pedagógico do curso e o material didático da disciplina sob sua responsabilidade, demonstrando domínio do conteúdo específico da área;
- participar das atividades de capacitação/avaliação de tutores presenciais;
- auxiliar o corpo docente da disciplina em todas as suas funções, inclusive na capacitação e apoio aos tutores presenciais;
- conhecer o cronograma de estudo e das avaliações da disciplina sob sua responsabilidade;

- atender às consultas dos estudantes, certificando-se de que a dúvida foi sanada;
- enfatizar aos alunos a necessidade de adquirir autonomia de estudo e aprendizagem;
- orientar os alunos sobre a importância da utilização de todos os recursos oferecidos para a aprendizagem;
- encorajar e auxiliar os estudantes na busca de informações adicionais, nas mais diversas fontes, tais como: bibliotecas virtuais, endereços eletrônicos, bibliotecas etc;
- participar do processo de avaliação do material didático, quando solicitado;
- acompanhar e atualizar as informações pertinentes à sua disciplina, no ambiente virtual de aprendizagem;
- comunicar-se com os estudantes ausentes às avaliações por e-mail/telefone/sala de tutoria, incentivando-os a recorrer à tutoria a distância/presencial, como um auxílio no processo de aprendizagem;
- cumprir, com pontualidade, os horários de atendimento aos estudantes, bem como as tarefas designadas pela Coordenação do Curso;
- registrar informações sobre os tipos e níveis de dificuldade que os estudantes apresentaram em relação às disciplinas e ao material didático;
- apresentar um relatório semestral à Coordenação do Curso, com vistas à avaliação do trabalho pedagógico.

6.12.3. Atribuições do Tutor Presencial

- conhecer o projeto didático-pedagógico do curso e o material didático das disciplinas sob sua responsabilidade, demonstrando domínio de suas atribuições no referido processo;
- conhecer a estrutura de funcionamento do Polo de Apoio Presencial onde atua;
- participar das atividades de capacitação/avaliação dos tutores.
- conhecer o cronograma de estudo e das avaliações das disciplinas sob sua responsabilidade;
- estar presente no Polo, no horário previsto, para atendimento e orientação dos estudantes;

- orientar e incentivar os estudantes no desenvolvimento das atividades presenciais;
- orientar, pela prática, o estudante para a metodologia da educação a distância, enfatizando a necessidade de se adquirir autonomia de aprendizagem;
- familiarizar o estudante com o hábito da pesquisa bibliográfica (sugerida ou não no material didático), para o aprofundamento e atualização dos conteúdos;
- relacionar e encaminhar dúvidas à tutoria a distância e/ou corpo docente da disciplina;
- participar da aplicação das avaliações presenciais, seguindo escala feita pelo coordenador de polo e coordenador do curso, em número proporcional à carga horária total de cada tutor.
- aplicar avaliações nos Polos;
- manter-se em comunicação permanente com os tutores virtuais, bem como com o coordenador do curso e o coordenador do Polo.

6.13. Corpo Técnico-Administrativo – EaD

A Faculdade possui um corpo técnico-administrativo em sua unidade sede, onde se situa o Núcleo de Educação a Distância – NEaD e, nos Polos de Apoio Presencial possuem uma equipe técnica-administrativa com aderência à função exercida.

6.14. Coordenação do Polo de Apoio Presencial

Considerando o Coordenador de Polo de Apoio Presencial como o representante imediato da IES, tendo, ele, a responsabilidade de tornar efetivos os processos acadêmico/pedagógicos e administrativos da unidade, deve estar em constante comunicação com a Coordenação do Núcleo de Educação a distância - NEaD.

São atribuições da coordenação do Polo de Apoio presencial:

- supervisionar e controlar todas as atividades acadêmicas e administrativas articuladas no projeto pedagógico do curso;

- assegurar a existência em quantidade e qualidade de equipamentos utilizados no processo ensino/aprendizagem;
- fazer cumprir as decisões da coordenação do Curso e a Coordenação da Núcleo de Educação a Distância;
- articular-se, permanentemente, com a coordenação do curso e com a Coordenação da NEaD;
- supervisionar e responsabilizar-se pelo cumprimento de exigências necessárias à integralização curricular;
- coordenar eventos, semanas de estudos, ciclos de debates e outros de interesse do curso;
- coordenar a implementação do projeto pedagógico do curso;
- acompanhar o processo de ensino-aprendizagem, a metodologia adotada e as avaliações;
- supervisionar o cumprimento das atividades de tutoria do curso.

6.15. Infraestrutura da EaD

A Faculdade como já mencionado, implantou, em sua Unidade Sede, que também funciona como Polo de Apoio Presencial, o Núcleo de Educação a Distância - NEaD responsável pelo gerenciamento dos cursos.

6.15.1. Polo de Apoio Presencial

De acordo com o Ministério de Educação, *“o polo de apoio presencial é a unidade operacional para desenvolvimento descentralizado de atividades acadêmicas, pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância”*. Desse modo, a Faculdade entendendo a importância da infraestrutura destas unidades por auxiliarem o desenvolvimento do curso e representarem a IES disponibiliza para os alunos, em cada polo de apoio presencial: biblioteca, laboratório de informática com acesso a Internet, sala para secretaria, laboratórios específicos dos cursos, salas para tutoria e provas presenciais.

6.16. Logística nas Rotinas de Segurança e Inviolabilidades das Avaliações em EaD

Para assegurar a segurança e inviolabilidade na aplicação e registro das Provas Presenciais, os Polos de Apoio Presencial obedecerão aos seguintes procedimentos:

- as provas presenciais são individuais, sem consulta;
- o agendamento poderá ser feito nos horários e datas pré-estabelecidos no calendário acadêmico;
- as provas serão impressas com identificação do aluno e distribuídas pelo coordenador de Polo.
- a seleção das questões será feita de forma automática pelo próprio sistema;
- as provas serão aplicadas pelos tutores presenciais, sob supervisão da coordenação de Polo;
- ao término da aplicação de cada horário, o tutor presencial, deverá entregar ao coordenador de Polo o envelope lacrado organizado da seguinte forma: ata de sala, lista de presença, provas realizadas. Em seguida o tutor deverá colocar todos estes documentos, já separados e organizados, no envelope vazio com a etiqueta do destinatário e lacrar o envelope, solicitando ao término da aplicação a assinatura dos três últimos alunos. As assinaturas nos envelopes após a aplicação são primordiais, pois atestam a não violação do lacre.
- se o curso tiver mais que um tipo de prova, os envelopes deverão ser entregues e lacrados separadamente, após a aplicação da prova. Cada envelope de avaliações deverá obrigatoriamente conter as assinaturas dos três últimos alunos no lacre, caso não esteja lacrado corretamente as provas serão anuladas;
- as provas que por algum motivo não forem realizadas conforme agendamento, serão anuladas e novamente geradas mediante novo agendamento junto ao Polo, que obedecerá aos mesmos procedimentos da prova coletiva.

Após recebimento dos envelopes lacrados para conferência, o coordenador de Polo deverá:

- conferir lacre e número de provas com alista de presença;
- inserir as repostas dos alunos no AVA, para correção automática e digitalizar as provas para conferência da coordenação, dentro do prazo estabelecido pelo calendário para divulgação dos resultados;
- arquivar o material impresso devidamente identificado por 1 ano, quando então deverá encaminhar o material para arquivo na matriz.

As provas serão corrigidas automaticamente após inserção das respostas pelo coordenador de Polo. Os pedidos de revisão da nota deverão ser feitos pelo aluno por meio do Portal AVA em até 6 (seis) meses após a realização da prova.

7. CORPO DOCENTE

De acordo com o artigo 58, Capítulo I, do Regimento Interno da Faculdade Sapiens, o Corpo Docente da Faculdade Sapiens é formado por todos os professores que exercem, na Faculdade, atividades de ensino, iniciação científica e extensão, contratados no regime jurídico estabelecido no Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS da Faculdade, e regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas–CLT.

7.1. Requisitos de Titulação

Os requisitos de titulação obedecem ao disposto no artigo 5º do Quadro de Carreira Docente da Faculdade Sapiens que copiamos abaixo:

DO QUADRO DE CARREIRA DOCENTE

Art. 6º A Carreira de Docente do Ensino Superior é constituída por quatro categorias funcionais que serão subdivididas em níveis assim designadas:

Categorias funcionais (titulação)

Níveis (tempo de serviço/qualificação)

Professor Auxiliar (Especialista)

I, II, III, IV, V e VI

Professor Assistente (Mestre)	I, II, III, IV, V e VI
Professor Adjunto (Doutor)	I, II, III, IV e V
Professor Titular (Docente escolhido mediante processo seletivo)	Nível único

Art. 7º O ato de admissão do docente na Instituição é de exclusiva competência da entidade Mantenedora por proposta do Diretor Geral na forma do Regimento Geral da Faculdade Sapiens e efetivado por meio de contrato regido pela Consolidação das Leis de Trabalho.

Art. 8º O ingresso do docente na carreira far-se-á após um período de experiência de até 90 (noventa) dias, processado pelos setores competentes, com anotação do contrato na CTPS.

Parágrafo único. Contados 60 dias do ingresso do docente será feito um relatório pelo superior direto, indicando a aprovação ou desaprovação do ingressante no período de experiência, ficando a decisão de contratação definitiva vinculada a este relatório.

Art. 9º O ingresso no corpo docente da Faculdade Sapiens se dará por processo seletivo institucionalizado conforme estabelecido em regulamentação específica.

7.2. Experiência no Magistério Superior e Experiência Profissional Não Acadêmica

A experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica, conforme consta do quadro de carreira docente da IES, está atrelada às categorias funcionais, na qual a soma das pontuações atingidas leva em conta a titulação e a experiência no magistério superior dentro e fora da IES, conforme Plano de Carreira Docente próprio.

7.3. Os Critérios de Seleção e Contratação

O processo de contratação dos docentes deverá ter início pelo recrutamento utilizando-se de banco de currículos existente na Instituição; indicação dos docentes do curso e divulgação por meio de mídia local.

Na primeira fase do processo será avaliado o currículo com as experiências acadêmicas, profissionais e a formação para verificação da aderência a disciplina respectiva.

Na segunda fase, depois de avaliados os documentos da primeira fase, o candidato deverá passar

por entrevista pessoal com o Coordenador do Curso e aprovação pelo Diretor Acadêmico e quando necessário realiza-se uma aula teste.

O candidato selecionado deverá ser encaminhado ao Departamento Pessoal para os procedimentos de praxe e entrega da documentação.

Antes do início das aulas, o novo docente deverá participar de um Programa de Incentivo a Formação Continuada por meio do Módulo Inicial, os docentes deverão receber todas as informações sobre a filosofia da Instituição e os processos pedagógicos, acadêmicos e administrativos.

7.4. Procedimentos para Substituição Eventual dos Professores do Quadro

A IES valoriza a meritocracia e o desenvolvimento das pessoas. Assim, após analisar os resultados das avaliações docente, bem como o cumprimento nas normas previstas no regimento acadêmico e normas de Secretaria Geral, o professor com problemas de desempenho deverá receber o feedback pessoalmente e, é encaminhado para a Coordenação Acadêmica onde poderá rever todos estes procedimentos.

7.5. Plano de Carreira Docente

O Projeto de Plano de Carreira Docente consta em anexo e está disponível na IES.

7.5.1. Cronograma de Expansão do Corpo Docente, Considerando o Período Previsto no PDI (2014 – 2018)

TITULAÇÃO

Titulação	2014 (%)	2015 (%)	2016 (%)	2017 (%)	2018 (%)
Especialista	33	33	33	33	28
Mestre	62	62	62	62	62
Doutor	5	5	5	6	10
TOTAL	100	100	100	100	100

REGIME DE TRABALHO

Titulação	2014 (%)	2015 (%)	2016 (%)	2017 (%)	2018 (%)
HORISTA	14	14	14	14	14
PARCIAL	67	67	67	67	62
INTEGRAL	19	19	19	19	24
TOTAL	100	100	100	100	100

CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

O corpo técnico-administrativo da IES é constituído de profissionais para o desempenho de cargos e funções próprias das áreas técnicas, administrativas e de apoio às atividades-fim da Faculdade.

7.6. Critérios de Seleção e Contratação

O processo de contratação deverá ter início pelo recrutamento utilizando-se de banco de currículos existente na Instituição; indicação e divulgação por meio de mídia local.

Na primeira fase do processo é avaliado o currículo com as experiências profissionais e a formação para verificação da aderência com a respectiva função.

Na segunda fase, depois de avaliados os documentos da primeira fase, o candidato deverá passar por entrevista pessoal com a Gestora de Recursos Humanos e posterior encaminhamento para a área que solicitou o colaborador.

7.7. Plano de Carreira do Pessoal Técnico-Administrativo

O Plano de Carreira do Pessoal Técnico e Administrativo da IES está destinado a estabelecer

critérios para o preenchimento de vagas e a organizar os cargos, tendo por base promover o desenvolvimento e a melhoria contínua dos recursos humanos, assegurando a continuidade das ações administrativas e financeiras e a eficiência dos serviços prestados pela Instituição, conforme deverá estar previsto em regulamento interno próprio.

7.8. Condições de Trabalho

Diante da relevância de um ambiente de trabalho agradável a IES buscará uma cultura onde as condições de trabalho no aspecto físico, ambiental e psicológico seja um propulsor da motivação e consequentemente do alto desempenho de suas equipes, neste sentido proporcionará:

- Estrutura física salubre que não coloque em risco a saúde dos colaboradores;
- O respeitar a dignidade humana;
- Incentivar o crescimento pessoal e profissional;
- Cumprir a legislação Trabalhista;
- Acessibilidade aos colaboradores portadores de deficiência física.

7.9. Cronograma de Expansão do Corpo Técnico/Administrativo, Considerando o Período de Vigência do PDI

EXPANSÃO	2014 (Qtde)	2015 (Qtde)	2016 (Qtde)	2017 (Qtde)	2018 (Qtde)
Técnico-Administrativo	-	-	32	32	35

Escolaridade	2014	2015	2016	2017	2018
Superior	32%	32%	32%	32%	58%
Superior Incompleto	43%	43%	43%	43%	22%
Médio	25%	25%	25%	25%	20%

8. CORPO DISCENTE

Constitui o Corpo Discente da IES, todos alunos regularmente matriculados nos cursos em funcionamento na Instituição, tendo direitos e deveres a serem observados, conforme consta no Título VIII, Capítulo II, Seções VI e VII do Regimento Interno da Faculdade Sapiens.

8.1. Formas de Acesso

O acesso aos cursos se dará por meio de:

1) Vestibular

O vestibular da IES compreenderá provas que deverão cobrir os conteúdos das disciplinas cursadas no ensino médio e uma prova de redação. Os alunos serão convocados por meio de edital e os exames serão realizados pela própria IES.

2) Portadores de diploma de ensino superior

Conforme consta no §2º, artigo 117, Seção I, Capítulo II, Título VII do Regimento Interno da Faculdade Sapiens, na hipótese de restarem vagas não preenchidas, poderá a Faculdade Sapiens realizar novo processo seletivo, ou nelas poderão ser recebidos alunos transferidos de outras instituições ou portadores de diploma de ensino superior ou Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), mediante regulamentação específica.

3) Processo Seletivo PROUNI

A IES fará adesão ao Programa do PROUNI e seguirá as regras específicas do mesmo.

8.2. Processo de Transferência

O processo de transferência obedecerá as normas estabelecidas no Regimento Interno da IES,

conforme consta no Título VII, Capítulo III, Seção IV que copiamos a seguir:

CAPÍTULO IV - DA TRANSFERÊNCIA E DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

- I. Transferência: será concedida, na graduação, matrícula a aluno transferido de curso superior de instituição congênere, nacional ou estrangeira, para prosseguimento de estudos em cursos afins, na estrita conformidade das vagas existentes e requerida mediante processo seletivo.
- II. Aproveitamento de estudos: é o processo de aceitação, pela Faculdade, dos estudos realizados por estudantes que cursaram disciplinas de curso superior em outras Instituições de Ensino ou em curso de graduação da própria Faculdade.

§ 1º No caso de aluno estrangeiro, a documentação escolar deverá estar traduzida e juramentada.

§ 2º O documento pertinente nos termos da legislação vigente será exigido no ato da matrícula.

Art. 140. As transferências “*ex-officio*” (transferência obrigatória, destinada a servidor federal, civil ou militar (e a seus dependentes) transferidos por necessidade de serviço) se darão conforme legislação em vigor.

Art. 141. O aluno transferido está sujeito às adaptações curriculares que se fizerem necessárias, aproveitadas as competências desenvolvidas com aprovação no curso de origem.

§ 1º Não estão isentos de adaptação os alunos beneficiados por lei especial que lhes assegure a transferência em qualquer época e independentemente da existência de vaga.

§ 2º Quando a transferência se processar durante o período letivo, serão aproveitados conceitos, notas, créditos e frequência obtidos pelo aluno na instituição de origem até a data em que nela se tenha desligado.

§ 3º Os critérios para aproveitamento de estudos levarão em conta a equivalência do conteúdo e a carga horária da disciplina estudada, tendo em vista a obediência às diretrizes curriculares emanadas pelo Poder Público e normas internas.

§ 4º As matérias componentes dos currículos dos cursos afins, estudadas com aproveitamento, serão automaticamente reconhecidas, atribuindo-se lhes notas e/ou conceitos, passando a carga horária a ser a equivalente a do estabelecimento de destino.

Art. 142. Os pedidos de transferências deverão ser protocolados na Central de Atendimento,

obedecendo ao prazo fixado antecipadamente.

Parágrafo único. O aluno que pretender se transferir da Faculdade para outra instituição deverá efetivar sua solicitação por escrito na Central de Atendimento.

Art. 143. Considera-se transferência interna a troca de linha de formação, habilitação ou cursos afins, no âmbito da Instituição, respeitada a legislação em vigor.

9. PARCERIAS

A IES manterá relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas.

Para o início das atividades da IES as parcerias que estão previstas são as seguintes:

Universidade de Taubaté – UNITAU

Convênio para Cooperação Pedagógico-Técnico-Científica com o objetivo de desenvolvimento de programas de natureza pedagógico-técnico-científica, visando a realização de cursos, seminários, treinamentos, pesquisas, intercâmbio de experiências, informações e a prestação de serviços em áreas de interesse dos órgãos signatários, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão.

Neste convênio já está previsto um Programa de Mestrado como forma de promover a titulação docente.

Serviços Brasileiro de Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE

Parceria com a IES para que os alunos sejam capacitados com a metodologia de do curso de Formação de Jovens Empreendedores, e posteriormente repasse a alunos de ensino médio de escolas públicas e privadas.

Ministério Público Federal – MPF

Parceria com a IES com o fim de viabilizar o acesso e a permanência de estudantes indígenas da

10. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A autoavaliação institucional deverá ser por meio de projeto próprio ter como diretriz os seguintes objetivos:

OBJETIVOS GERAIS:

- Atender a legislação vigente de forma a contribuir com o processo avaliativo nacional;
- Analisar o desempenho global da IES, visando o aperfeiçoamento contínuo da qualidade acadêmica e da gestão e desenvolvimento Institucional;
- Implantar a cultura de autoavaliação Institucional na IES.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Implantar processo contínuo de autoavaliação;
- Colaborar para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa por meio da iniciação científica, da extensão e da gestão;
- Propiciar à comunidade acadêmica a autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios;
- Fortalecer o compromisso social da Instituição;
- Colaborar para a transparência da Instituição como um todo, em seus diversos níveis.
- Procurar observar e mensurar as características que são peculiares a cada uma das dimensões estabelecidas pelo SINAES, a saber:
 - Dimensão 1 – Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional
 - Dimensão 2 – As Políticas de Ensino, pesquisa e extensão
 - Dimensão 3 – Responsabilidade Social
 - Dimensão 4 – Comunicação com a Sociedade

- Dimensão 5 – As políticas de pessoal – docente e técnico-administrativo
- Dimensão 6 – Organização e gestão da Instituição.
- Dimensão 7 – Infraestrutura física
- Dimensão 8 – Planejamento e avaliação
- Dimensão 9 – Políticas de atendimento aos estudantes
- Dimensão 10 – Sustentabilidade Financeira

O Projeto de autoavaliação consta em anexo e está disponível na IES.

11. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

11.1. Infraestrutura Geral

INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS	M ²
Secretaria de graduação	24 M ²
Atendimento de alunos	10 M ²
Departamento de Marketing	20 M ²
Diretoria Geral	20 M ²
Diretoria Acadêmica	16 M ²

OUTROS ESPAÇOS	M ²
Rampa	49.5 M ²
Laboratório de Informática 1	56 M ²
Laboratório de Informática 2	28 M ²
Laboratório de Informática 3	28 M ²
Sala de Estudos em grupo – Biblioteca -	10 M ²
Sala de Estudos em grupo – Biblioteca -	9 M ²
Sala de Estudos em grupo – Biblioteca -	20 M ²
Espaço/baias para estudos individuais – Biblioteca	24 M ²

Espaço/baias para pesquisa via internet – Biblioteca	144 M ²
Espaço para a Administração da Biblioteca	20 M ²
Espaço para Acervo	72 M ²
Copiadora	20 M ²
Cantina – Térreo	32 M ²
Cantina – 2º andar	26 M ²
Sala 1	56 M ²
Sala 2	40 M ²
Sala 3	40 M ²
Sala 4	40 M ²
Sala 5	84 M ²
Sala 6	56 M ²
Sala 7	40 M ²
Sala 8	40 M ²
Sala 9	40 M ²
Sala 10	40 M ²
Sala 11	56 M ²
Sala 12	40 M ²
Sala 13	119 M ²
Sala 14	40 M ²
Sala 15	91 M ²
Sala 16	56 M ²
Sala 17	40 M ²
Sala 18	40 M ²
Sala 19	40 M ²
Sala 20	40 M ²
CPA	15 M ²
Auditório	72 M ²
Núcleo de Atendimento Psicopedagógico - NAP	20 M ²

Núcleo de Educação a Distância - NEaD	20 M ²
Núcleo de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão - NUPPEX	20 M ²

INSTALAÇÕES DOCENTES	M ²
Professores Integrais	23 M ²
Sala de Professores	20 M ²
Sala de Professores	32 M ²
Sala de Reuniões	56 M ²
Sala da Coordenação Jogos Digitais - Presencial	20 M ²
Sala da Coordenação Gestão de Recursos Humanos - Presencial	15 M ²
Sala da Coordenação de Marketing - Presencial	12 M ²
Sala da Coordenação de Comércio Exterior - Presencial	15 M ²
Sala da Coordenação de Ciências Contábeis - Presencial	25 M ²
Sala da Coordenação de Ciências Contábeis - EaD	20 M ²
Sala da Coordenação de Pedagogia - EaD	20 M ²
Sala da Coordenação de Recursos Humanos - EaD	20 M ²
Sala da Coordenação de Administração - EaD	20 M ²
Sala da Coordenação de Processos Gerenciais - EaD	20 M ²

INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	M ²
Banheiro Feminino + Portadores de necessidades especiais	3,30 M ²
Banheiro Masculino + portadores de necessidades especiais	3,30 M ²
Banheiro Feminino	3,30 M ²
Banheiro Masculino	3,30 M ²
Banheiro Feminino	3,30 M ²
Banheiro Masculino	3,30 M ²
Banheiro Feminino	3,30 M ²
Banheiro Masculino	3,30 M ²

Banheiro Feminino	3,30 M ²
Banheiro Masculino	3,30 M ²

11.2. Plano de Expansão da Infraestrutura Física

Descrição para o período de 2014 - 2018

ESTRUTURA	2014	2015	2016	2017	2018
Sala de aula	20	20	32	32	32
Banheiros Feminino + Portadores de necessidades especiais	2	2	4	4	4
Banheiros Feminino + Portadores de necessidades especiais	2	2	4	4	4
Laboratórios	6	6	7	7	7

11.3. Biblioteca

A Biblioteca da IES atenderá aos usuários, conforme regulamento interno próprio, sendo o órgão técnico que tem a responsabilidade de ampliar e facilitar o acesso às informações e o uso adequado dos recursos informacionais. Deve favorecer o estudo, o ensino e a pesquisa dos alunos, docentes e funcionários desta Instituição de Ensino.

11.3.1. Acervo – Informatização

A informatização da biblioteca se dará por meio, do software bibliográfico ToTVS RM, que permite a busca de dados por meio do título, autor, assunto, editora, local de publicação, tipo de documento. A organização do acervo será em estantes, segundo a abrangência dos assuntos, conforme classificação decimal.

Para facilitar a comunicação, a sua interface obedece às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e a base de dados é alimentada de acordo com o AACR2 (Código de Catalogação Anglo-Americano), para catalogação, CDU (Classificação Decimal Universal) e CUTTER (tabela que atribui número ao nome do autor de uma obra), para classificação VCBS (instrumento de análise dos documentos das bases de dados), para indexação.

11.3.2. Formas de Atualização e Expansão do Acervo

A Biblioteca terá atualização semestral do acervo bibliográfico, que obedecerá aos seguintes critérios:

- Bibliografia básica dos cursos;
- Solicitações do corpo docente;
- Análise de catálogos referente a lançamentos de títulos de livros e periódicos, realizados pelo bibliotecário e docentes da área;
- Solicitação junto a editoras de títulos em regime de consignação, para a análise e avaliação dos docentes;
- Análise da demanda dos títulos disponíveis para verificação da necessidade de aquisição de exemplares adicionais para melhor atender aos usuários;
- Espaço aberto às editoras, destinado à exposição de livros e revistas revertendo em doações.

11.3.3. Horário de Funcionamento

A Biblioteca funcionará de segunda à sexta-feira no horário das 7h00min às 22h00min e aos sábados, das 7h30min às 14h30min.

No período de férias o horário de funcionamento deverá ser alterado e informado a comunidade acadêmica e administrativa.

11.3.4. Serviços Oferecidos

Os serviços oferecidos na Biblioteca Aurélio Buarque de Holanda são os seguintes:

- a) Processamento técnico do acervo;
- b) Desenvolvimento de coleções;
- c) Consulta informatizada ao acervo;
- d) Atendimento aos usuários;
- e) Atendimento Bibliotecário.
- f) Empréstimo domiciliar;
- g) Disseminação Seletiva da Informação;
- h) Computadores de pesquisa com internet;
- i) Salas de estudo em grupo;
- j) Mesas de estudo em grupo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. A. de; SELEME, R.; CARDOSO NETO, J. Rodovia Transoceânica: uma alternativa logística para o escoamento das exportações da soja brasileira com destino à China. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 2, p. 351-368, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. DOU de 10.05.2006. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006.htm> Acesso em: 02 abr. 2012.

GOMES, E. **Rondonia em pauta**. Disponível em: <http://rondoniaempauta.com.br/nl/tag/historiador-emmanoel-gomes/>. Acesso em: , 6/3/2013.

PORTO VELHO. **Plano Diretor de Porto Velho – RO**. Prefeitura do Município de Porto Velho, 2008.

RONDÔNIA. **Relatório de Atividades Desenvolvidas e Avaliação – 2015**. Governo do Estado, 2015.